

PROCOLO DIGITAL

Recebido em: 25/ 04 /2023

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

PPP

VIGÊNCIA: 2023 a 2024

INSTITUTO EDUCACIONAL PETER PAN

SETE LAGOAS - MG

CARIMBO

ENTREGA DE DOCUMENTO NA SRE/SL

Recebido na SRE em: ___/___/2023

Assinatura:



1. INTRODUÇÃO	7
2. HISTÓRICO E ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA	7
2.1. HISTÓRICO	7
2.2. IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA	8
3. ESTRUTURA FÍSICA	9
3.1. O ESPAÇO FÍSICO, AS INSTALAÇÕES E OS EQUIPAMENTOS ACESSÍVEIS A TODAS AS CRIANÇAS.	9
4. NÍVEIS DE ENSINO OFERTADAS PELA ESCOLA	15
5. PROJETOS E OU PROGRAMAS	16
5.1. PROJETO CIDADE MIRIM	16
5.2. - Reforço Escolar	16
5.3. Programa de Convivência Democrática - Resolução SEE/MG nº4662/2021	17
5.4. Programa de Iniciação Científica - ICEB	17
6. PERFIL DOS ALUNOS	18
7. OS PRINCÍPIOS E VALORES	19
7.1. MISSÃO	20
7.2. VISÃO	20
7.3. VALORES	21
7.3.1. CONSCIÊNCIA DE SI	22
7.3.2. RELACIONAMENTO COM O OUTRO	23
7.3.3. TRANSCENDÊNCIA	23



8. DADOS DO CENSO ESCOLAR 2022	
9. PERFIL DE PROFESSORES, DIREÇÃO E DEMAIS SERVIDORES DA ESCOLA	25
10. FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS	29
11. DIAGNÓSTICO DA ESCOLA	29
12. ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES INTERNAS	31
13. FREQUÊNCIA E RENDIMENTO	31
13.1. A FREQUÊNCIA	31
13.2. O RENDIMENTO	35
14. ENSINO FUNDAMENTAL	37
15. DISTORÇÃO IDADE/ANO DE ESCOLARIDADE	39
16. PONTOS DE MELHORIA IDENTIFICADOS A PARTIR DO DIAGNÓSTICO	40
17. O PLANEJAMENTO GERAL E A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	40
17.1. INSTRUMENTOS DE GESTÃO ESCOLAR	40
17.2. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI	41
17.3. DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	41
17.3.1. OBJETIVOS DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	41
17.3.2. REQUISITOS DA AUTOAVALIAÇÃO	42
17.3.3. ETAPAS DA AUTOAVALIAÇÃO	42
17.3.4. PERIODICIDADE	42
18. METAS DA ESCOLA	42



19. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO, DE CURRÍCULO ESCOLAR, DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS E DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	44
19.1. EDUCAÇÃO	44
19.2. CURRÍCULO ESCOLAR	44
19.3. APRENDIZAGEM DOS ALUNOS	45
19.4. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	45
20. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	47
20.1. ENSINO FUNDAMENTAL	47
20.2. DAS ÁREAS DO CONHECIMENTO E DOS COMPONENTES CURRICULARES DO ENSINO FUNDAMENTAL	49
20.2.1. DA ÁREA DE LINGUAGENS	49
20.2.2. DA ÁREA DE MATEMÁTICA	50
20.2.3. DA ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA	52
20.2.4. DA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS	52
21. EDUCAÇÃO ESPECIAL	53
22. METODOLOGIA E RECURSOS DIDÁTICOS PRIVILEGIADOS PELA ESCOLA	54
22.1. ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA	55
22.2. CALENDÁRIO ESCOLAR	58
22.3. ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO ESCOLAR	59
23. FORMAS DE ENTURMAÇÃO	61
24. ACOMPANHAMENTO DA FREQUÊNCIA	62
25. ESCOLHA E UTILIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO E MATERIAIS PEDAGÓGICOS	63



26. UTILIZAÇÃO DA BIBLIOTECA	
27. UTILIZAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE CIÊNCIAS E DE INFORMÁTICA	66
28. PLANOS DE ENSINO, PLANOS DE AULA, PLANO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA	67
28.1. METODOLOGIA	68
28.2. AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM	69
29. DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA APRENDIZAGEM	71
30. AÇÕES DE COMBATE AO BULLYING E DO CYBERBULLYING NOS TERMOS DA LEI 13.185/2015/2019	74
31. FUNDAMENTOS GESTÃO DEMOCRÁTICA, PARTICIPATIVA E COMPARTILHADA	75
32. RELACIONAMENTO DA ESCOLA COM A COMUNIDADE	79
33. A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O MODO COMO OCORRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.	80
34. AUTOAVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP.	84
35. A ARTICULAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL COM O ENSINO FUNDAMENTAL	85
36. A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL.	86
37. MATRIZ CURRICULAR 2023	88
37.1. CALENDÁRIO 2023	89
38. CONSIDERAÇÕES FINAIS	90



39. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



1. INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico da Escola - PPP, ora revisado e/ou estruturado, evidencia os aspectos essenciais, definidos por lei, e se constitui como marco de referência para a Escola, na organização de suas atividades educativas, destacando-se a sua missão, sua visão, seus princípios, seus objetivos, suas metas e suas concepções. Reavaliado a cada período e acrescido de ações relevantes e periódicas, como seu Plano de Intervenção Pedagógica, de forma a atender às demandas da escola e seu ajuste às novas necessidades pedagógicas, depreendidas, por exemplo, dos resultados dos alunos nas avaliações internas e externas.

2. HISTÓRICO E ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA

2.1. HISTÓRICO

Sete Lagoas, Minas Gerais, é uma cidade fascinante que fica próxima a Belo Horizonte, em uma região com grutas, montanhas e cachoeiras belíssimas. O jeitinho mineiro, sempre especial para recepcionar os turistas de qualquer lugar do mundo, é outro dos grandes atrativos dessa cidade incrível.

O povoamento inicia-se a partir de 1820, quando foi construída a capela de Santo Antônio das Sete Lagoas, ainda existente. A Casa Grande, que a tradição nos aponta como primitiva sede da Fazenda das Sete Lagoas parece ter sido construída pelo Sr. José Inocência Pereira.

Fernão Dias Pais, o 'caçador de esmeraldas', acampou em Sumidouro, em 1667, e, prosseguindo em suas batidas, sertão adentro, descobriu minério argentífero no serrote das Sete Lagoas. As histórias contam das origens de uma vila nascida a partir de bandeirantes paulistas. Mas, por contar com diversas fontes de água natural, em lagoas e córregos, era também passagem de índios que habitavam a região. De forma lenta, o povoado ganhou mais moradores.

Sete Lagoas é um município brasileiro do estado de Minas Gerais. Grande polo industrial, localizado a aproximadamente 72 quilômetros de Belo Horizonte, possuía uma população



estimada de 241 835 habitantes, conforme dados do IBGE de 2020, sendo o município mais populoso de sua micro região.^[6] Sua área de influência abrange cerca de 38 municípios. Sete Lagoas é um ótimo local para começar a ter hábitos de vida mais saudáveis. É possível ter acesso a grutas, clubes náuticos, áreas verdes, lagoas e muitos lugares onde todos se sentem convidados a praticar exercícios e a viver próxima à natureza.

Desenvolvimento Econômico e Turismo

Veículos estão entre os produtos mais exportados por Sete Lagoas.

A indústria de bebidas se destaca na importação de malte.

Carnes e aves também são destaques entre os produtos exportados.

Sete Lagoas é o único município da região do Circuito das Grutas com a classificação B, gerando assim possibilidades de se habilitar a programas específicos do Ministério do Turismo criados para municípios desse porte. Isso, seguramente, contribui com o desenvolvimento do município, com reflexos diretos para a região. Morar em Sete Lagoas é viver com a hospitalidade das pequenas cidades com a agitação de uma metrópole. Segundo dados do IBGE de 2020, Sete Lagoas está entre as cidades mais populosas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com mais de 241 mil habitantes. Tem como principal fonte a atividade siderúrgica primária, mas possui empresas importantes em outras áreas como a AmBev, Iveco-Fiat, Elma Chips, Bombril, Sada Forjas, Embrapa, Itambé e outras.

Sete Lagoas celebra 155 anos com atrações culturais gratuitas para todos os gostos de 1 a 27/11. Há 155 anos Sete Lagoas conquistava sua emancipação política e deixava de pertencer à Santa Luzia. VÁRZEA - O primeiro bairro de Sete Lagoas. Festa de Santo Antônio, padroeiro de Sete Lagoas, é comemorada com vasta programação religiosa.

2.2. IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

NOME DA ESCOLA

INSTITUTO EDUCACIONAL PETER PAN

LOCALIZAÇÃO/ENDEREÇO



Rua Joaquim Murtinho, 325 Bairro - São Geraldo

Sete Lagoas – MG CEP 35700-197

TELEFONE (31) 3771-1474 ou 3775-2580

E-MAIL institucional - contato@grupofarnetti.com.br / peterpanlaisf@gmail.com

LOCALIZAÇÃO – Zona Urbana - Particular

SUPERINTENDÊNCIA – Superintendência Regional de Ensino Sete Lagoas /SRE Sete Lagoas

DATA DA CRIAÇÃO – 02/02/2005

NÍVEIS DE ENSINO

Ensino Fundamental - Anos Iniciais – 4 anos

TURNO DE FUNCIONAMENTO –

Manhã – das 7h às 11:30h

Tarde – das 13h às 17:30h

3. ESTRUTURA FÍSICA

3.1. O ESPAÇO FÍSICO, AS INSTALAÇÕES E OS EQUIPAMENTOS ACESSÍVEIS A TODAS AS CRIANÇAS.

O Instituto Educacional Peter Pan, funciona em 04 (quatro) prédios, localizados no mesmo terreno, construídos para fins escolares. Encontram-se em ótimo estado de conservação, em local salubre e em terreno que não oferece riscos aos seus usuários, de acordo com laudos expedidos por profissionais competentes. Sua estrutura é de concreto e alvenaria, forro de laje, cobertura de telhas de chapa dobrada, janelas de metalon e vidro, piso de cerâmica, sendo que a área é de lazer e é de cimento.

Todos os prédios possuem pavimentos, estrutura de concreto e alvenaria, forro de laje, cobertura de telhas de chapa dobrada, janelas e portas de metalon e vidro. As salas de aula



e demais dependências dos três prédios são arejadas e mobiliadas suficientemente para atender o ensino-aprendizagem.

A nossa Clientela Atendida, basicamente são moradores de vários bairros da cidade de Sete Lagoas, atendendo também alunos de outras cidades vizinhas. A Instituição em questão, está inserida no bairro São Geraldo.

Os Materiais Pedagógicos disponíveis no instituto se baseiam em Livros Didáticos, Jogos Pedagógicos, Vídeos Didáticos, Livros Literários, Material de Pesquisa, Softwares Educativos, sendo estes adequados às diferentes faixas etárias e ao número de alunos. A Biblioteca conta com vários livros que atendem aos nossos alunos de acordo com sua faixa etária. Pretendemos sempre, estar adquirindo novos livros literários, afim de cada vez mais, estarmos crescendo, aperfeiçoando e inovando o nosso acervo.

Os materiais da brinquedoteca se encontram em perfeito estado de conservação, em número suficiente, variados, atendendo assim, os nossos alunos.

O instituto possui 2(dois) Playgrounds composto de: um Brinquedo de Fibra com 3 (três) escorregadores, um Brinquedo de fibra com um escorregador, uma escada, uma escalada e 1 gira; 1 (um) túnel com aproximadamente 10m² e 4,5m de altura, 2 (duas) piscinas recreativas, 1 (um) carrossel de fibra gira-mar, 1 (um) túnel de trenzinho de fibra, 2 (duas) mesas de ping-pong, 02 (duas) Cestas de Basquetes, 01 (um) pebolim, 03(três) áreas de peteca .

O instituto conta além dos acessos com rampas, têm espaços acessíveis para alunos com necessidades especiais. Existe área ao ar livre como a quadra poliesportiva, área verde e 1 (um) auditório que é utilizado para exposições, eventos e lazer na Instituição.

1º PRÉDIO

I ANDAR

01 (uma) Diretoria/Recepção com 9.76 m²

01 (uma) Recepção com 31,19m²

01 (uma) Secretaria Colégio Laís Farnetti com 15,59 m²



01 (uma) sala de aula com 17,5 m²

01 (uma) sala de aula com 22,92 m²

01 (uma) salas de aula com 18,90 m²

04 (quatro) Banheiros – 02 (dois) femininos (2,10m² e 1,93m²) e 02 (dois) masculinos(2,10m² e 1,93m²)

01 (uma) área de entrada para Play Grounds com 70m²

II ANDAR

01 (uma) sala de vídeo com 17,50m²

01 (uma) sala de aula com 17,50m²

01 (uma) sala de aula com 17,50m²

01 (uma) sala de aula com 17,50m²

01 (uma) Secretaria do I.E. Peter Pan com 15,59m²

01 (uma) sala de aula com 19,25m²

01 (uma) sala de aula com 20,30m²

01 (uma) sala de aula com 22,92m²

01 (uma) Brinquedoteca com 27,00m²

01 (um) Almoxarifado com 7m²

01 (um) Almoxarifado para deposito de Papel Ofício com 2m²

01 (um) banheiro Feminino – com 02 (dois) lavatórios e 02 (dois) vasos sanitários - 2,25m² cada



01 (um) banheiro Masculino – com 02 (dois) lavatórios e 02 (dois) vasos sanitários - 2,25m² cada

2º PRÉDIO

I ANDAR

01 (uma) Cantina com 25.20m²

01 (uma) sala de aula com 23,50m²

01 (uma) sala de Supervisão da Ed. Infantil com 25.20m²

01 (uma) sala de aula com 30,72m²

01 (uma) sala de aula com 30.96m²

01 (uma) sala de aula com 30.72m²

01 (uma) Área Verde com 250m²

01 (uma) Área de Lazer com 45m²

01 (um) banheiro Feminino - 1,90m²

01 (um) banheiro Masculino - 1,90m²

01 (um) banheiro – Corpo Docente - 2,09m²

II ANDAR

01 (uma) Laboratório de Informática com 33.97m²

01 (uma) sala de aula com 23,40m²

01 (uma) sala de aula com 32,42m²

01 (uma) sala de aula com 31.84m²

01 (uma) sala de aula com 30,72m²



01 (uma) sala de aula com 30.96m²

01 (uma) sala de aula com 40.32m²

3º PRÉDIO

I ANDAR

01 (um) roll de entrada com 28,53m² com escada e rampa

01 (um) Salão com Palco com 245.73m²

01 (um) patamar com 22,65m²

01 (um) banheiro com acessibilidade – 1,92m²

01 (uma) entrada com rampa – portão 2m²

01 depósito debaixo da rampa – 11.06m²

II ANDAR

01 (uma) sala de aula com 39,66m²

01 (uma) sala de aula com 38.43m² c/ lousa digital

01 (uma) sala de aula com 37.31m²

01 (uma) sala de aula com 38.48m²

01 (uma) Sala de Professores c/17.69m² / Supervisão c/6.75m² / Coordenação c/6.75m²

01 (um) banheiro Feminino - 30m² - 4 banheiros, 1 banheiro com acessibilidade e 3 lavatórios

01 (um) banheiro Masculino - 30m² - 1 banheiro, 3 miquitórios 1 banheiro com acessibilidade e 3 lavatórios



III ANDAR

01 (uma) Sala de Aula com 54.99m²

01 (uma) Sala de Aula com 63.33m²

01 (uma) Sala de Aula com 71.23m²

01(uma) Sala de Aula com 63,33 m²

4º PRÉDIO

I ANDAR

01 (uma) área quadra com 96.71m²

01 (uma) área de jogos com 52.85m²

01 (uma) área de jogos com 47.88 m²

01 (uma) área de 21.32m²

II ANDAR

1 (uma) sala de aula com 48.44 m²

1 (uma) sala de aula com 43.16 m²

1 (uma) sala de aula com 43.16 m²

1 (uma) sala de aula com 43,16 m²

01 (um) banheiro Feminino Professores – 11.04m² - 2 banheiros e 3 lavatórios

01 (um) banheiro Masculino Professores – 6.19m² - 1 lavatório, 3 miquitórios e 1 vaso

III ANDAR



1 Biblioteca escolar com 55m²

1 Laboratório de Ciências, Física, Química e Biologia com 87.98m²

1 área livre com 43.16m²

O abastecimento de água do prédio e o escoamento do esgoto são feitos pela Rede Pública – SAAE/ Serviço Autônomo de Água e Esgoto. Os prédios possuem seis caixas d'água com capacidade para 6 mil (seis mil) litros.

A Escola conta com energia elétrica fornecida pela CEMIG/ Companhia Energética de Minas Gerais, com capacidade de 220 watts e 110 watts.

A Escola está equipada com mobiliário e equipamentos suficientes e em ótimo estado de conservação.

Conta com 15 (quinze) computadores, 3 (três) impressoras, 2 (duas) máquinas de Copiadoras, armários e arquivos de aço para a guarda dos documentos de escrituração escolar. Ventiladores em todas as salas de aula, 02 linhas de telefone, acesso à Internet, e-mail, 06 (seis) aparelhos de som.

O Corpo Docente é constituído de professores habilitados ou autorizados pela SRE de Sete Lagoas, de acordo com as normas legais, conta também com Especialistas da Educação.

Os Serviços de Administração Escolar são desenvolvidos pelo: Diretor, Vice-Diretor, Secretário e Pessoal de Apoio Administrativo, habilitados ou autorizados por esta Superintendência para o exercício de suas respectivas funções.

4. NÍVEIS DE ENSINO OFERTADAS PELA ESCOLA

Ensino Fundamental – Anos Iniciais

5. PROJETOS E OU PROGRAMAS

5.1. PROJETO CIDADE MIRIM

A Cidade Mirim é um projeto especial do Instituto Ed.Peter Pan e é um importante diferencial na formação dos nossos alunos do Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano.

Uma minicidade estruturada em pólos: Polo Político com Prefeitura, Câmara de Vereadores; Polo comercial com Supermercado, Banco e Correio; Polo Cultural com Biblioteca. As Ruas (os corredores) com sinalização permitem que os alunos passem a dar os primeiros passos da Cidadania. Brincando de gente grande, as crianças estão na verdade experimentando na prática importantes conceitos de cidadania.

Dessa forma, elas reconhecem seu papel dentro de uma sociedade, para que no futuro ajam e contribuam como cidadãos responsáveis, conscientes e críticos. Esse ambiente de aprendizado será o lugar ideal para a criança descobrir e despertar seus talentos e habilidades, formando assim os valores que nortearão seu próprio caminho.

Para isto precisamos da ajuda de todos vocês junto aos nossos alunos.

1º - Correio

2º - Sinalização

3º - Supermercado

4º - Prefeitura

5º - Banco

5.2. - Reforço Escolar

Tem por objetivo recuperar os alunos com deficiência escolar após um longo período de isolamento.

* Para isso foram feitas provas diagnósticas, corrigidas e detectadas as necessidades individuais de cada aluno.

* As recuperações aconteceram durante o primeiro Semestre 2022 de forma on-line no contra turno.



5.3. Programa de Convivência Democrática - Resolução SEE/MG nº4662/2021

Tem por objetivos:

- Difundir a defesa e garantia de Direitos Humanos e territórios educativos;
- Fomentar o reconhecimento e o respeito às identidades e à diversidade no ambiente escolar;
- Promover uma Escola Acolhedora, por meio de uma convivência democrática no ambiente escolar; - Contribuir para a prevenção e redução das violências no contexto escolar;
- Promover a formação continuada de gestores/as e educadores/as;
- Consolidar espaços de construção coletiva dentro do ambiente escolar, promovendo o uso das práticas de Resolução Dialogada de Conflitos;
- Incentivar as parcerias com as Redes de Proteção Social no território educativo.

5.4. Programa de Iniciação Científica - ICEB

Trabalhar na prática o que se estuda na teoria dentro da sala de aula.

COMO?

- Agendamento da aula prática (dependendo da prática deve-se solicitar com dias de antecedência);
- Seguir as normas expostas no mural para evitar acidentes;
- Cabe ao responsável deixar sempre pronto os materiais solicitados.

QUEM?

- Alunos;
- Docentes das disciplinas de Ciências;
- Responsável (Agente Educacional II);



– Equipe Pedagógica;

– Direção

QUANDO?

As aulas práticas acontecem nos três períodos de aula, sempre tendo o doente e/ou responsável neste para auxiliar. ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS

6. PERFIL DOS ALUNOS

Os alunos que constituem o Instituto Peter Pan são crianças com idades variando de 6 a 10 anos. Eles estão inseridos em um ambiente escolar que busca proporcionar educação de qualidade, preparando-os para o futuro e promovendo seu crescimento acadêmico, social e emocional.

Os alunos veem a escola como um espaço seguro e inclusivo, onde encontram uma variedade de atividades extracurriculares e oportunidades de aprendizado que permitem que eles explorem diferentes áreas de interesse, desde arte e esportes até ciência e música. Isso faz com que os alunos se sintam parte importante da comunidade, criando uma atmosfera positiva e motivadora.

Em relação às preferências, os alunos demonstram interesse em diversas atividades. Alguns gostam de esportes, envolvendo-se em times escolares e/ou praticando outras atividades, como a capoeira. Outros tendem a se interessar por atividades artísticas, como música, dança ou teatro. Há também aqueles que mostram afinidade com disciplinas acadêmicas específicas, como matemática, ciências ou línguas estrangeiras. Nosso ambiente escolar busca proporcionar uma ampla variedade de opções para que cada aluno possa explorar seus interesses e desenvolver suas habilidades.

Portanto, pode-se concluir que, embora cada aluno seja único e tenha suas próprias características e preferências individuais, é fundamental criar um ambiente inclusivo e estimulante que promova o crescimento acadêmico, social e emocional de todos os alunos da instituição.



7. OS PRINCÍPIOS E VALORES

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

respeito à liberdade e apreço à tolerância;

coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

valorização do profissional da educação escolar;

gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

garantia de padrão de qualidade;

valorização da experiência extraescolar;

vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Princípio Político: preparar o educando para ter pensamento crítico, reflexivo e o exercício da cidadania.

Princípio para a Diversidade e Inclusão: contemplar a originalidade e a criatividade das pessoas, valorizar as diferenças humanas físicas, psicológicas, religiosas e culturais.

Princípios Éticos: Preparar o educando para ser solidário e fraterno, reconhecendo o outro como seu semelhante e igual em direitos, deveres e oportunidades.

Princípio estéticos: Respeitar e preservar o patrimônio cultural do nosso povo e incentivar o gosto pelas artes e pela cultura em geral.

Princípio Projeto de Vida: orientar o educando para o prosseguimento de estudos às séries subsequentes, orientação vocacional e mundo do trabalho.



Princípio para a Sustentabilidade: implementar educação ambiental, preservação da natureza e desenvolvimento sustentável.

Valoriza a instrução como domínio do saber sistematizado e os meios de ensino como processo de desenvolvimento das capacidades cognitivas dos alunos e viabilização da atividade de transmissão e assimilação ativa de conhecimentos.

O trabalho docente concebe o aluno como ser educável, sujeito ativo do próprio conhecimento, mas também como ser social, historicamente determinado, indivíduo concreto, inserido no movimento coletivo de emancipação humana. É preciso que o professor aprenda a abarcar todos os aspectos, ligações e mediações inerentes à ação pedagógica, tomá-lo no seu desenvolvimento, nas suas contradições, a fim de introduzir no trabalho docente a dimensão da prática histórico-social no processo do conhecimento. As ideias, crenças e valores que alicerçam uma visão de homem, de mundo e, conseqüentemente de educação são resultantes das ações desenvolvidas pelos profissionais da escola. Essa visão é concretizada na prática do professor. Daí a necessidade de os profissionais da educação terem a compreensão do que está por teórico. De trás da prática, ou seja, o embasamento Além dos pressupostos educacionais, o PPP precisa estar em consonância com as leis da educação que são os dispositivos legais que embasam as políticas educacionais, traduzindo em princípios éticos, políticos, estéticos e pedagógicos garantindo a unidade da ação educativa nos diversos âmbitos de atuação da escola. Os fundamentos legais alertam para o reconhecimento da identidade pessoal dos sujeitos que convivem no espaço escolar.

7.1. MISSÃO

Servir pessoas e instituições, atendendo às suas necessidades educacionais com qualidade superior.

7.2. VISÃO

Sermos reconhecidos como uma referência empresarial do setor educacional, buscando a vanguarda das transformações, aprimorando a qualidade das relações com as pessoas a quem estivermos servindo e cumprindo nossa responsabilidade social.

7.3. VALORES

- Relações éticas
- Trabalho cooperativo
- Melhoramento contínuo

Sempre queremos que exista:

a vitalidade que propicia renovação constante em busca da qualidade;

a sensibilidade que percebe os mais delicados sentimentos;

a ternura que acolhe amorosamente a todas as pessoas;

a sabedoria que revela o caminho da verdade;

a firmeza que rejeita o que é contra a vida;

para nos tornarmos pessoas independentes e livres, capazes de ouvir a voz da vida e com ela aprender o segredo de aprender.

Ainda que seja mínimo o tempo de permanência de uma pessoa entre nós, queremos que ela, conosco, aprenda:

a necessidade do questionamento;

a alegria da descoberta;

o valor da crítica consequente;

a coragem da denúncia;

o poder de ação;

criando condições para que construa, com o coração livre de ódios e ressentimentos, uma sociedade fundada na liberdade, na justiça e na solidariedade.

Para nós, o crescimento é o valor que fundamenta a educação.

Esse valor fundamental será trabalhado em três dimensões.

1 – CONSCIÊNCIA DE SI

2 – RELACIONAMENTO COM O OUTRO

3 – TRANSCEDÊNCIA

7.3.1. CONSCIÊNCIA DE SI

A primeira dimensão - CONSCIÊNCIA DE SI – é o ponto de partida para o crescimento global da pessoa. Nasce no momento em que a pessoa aceita sua condição humana – sem medo, sem rancor – e se torna consciente de que é responsável maior pelo seu próprio crescimento. A consciência de si deve ser aprimorada em três níveis, simultaneamente: no nível físico, no nível emocional e no nível intelectual.

No nível físico, queremos criar condições para que a pessoa desenvolva: a compreensão do corpo como parte integrante da natureza, como manifestação da vida; a identificação com o próprio corpo – atenção, percepção, aceitação e valorização; a percepção da importância do condicionamento físico, da energia e da vitalidade;

No nível emocional, queremos criar condições para que a pessoa seja capaz de: valorizar os sentimentos; expressá-los livremente; ampliar a percepção do que é sentido.

No nível intelectual, queremos criar condições para que a pessoa aprenda a: Missão Educacional.

A missão educacional pressupõe crença na vida, crença na capacidade de o homem compreender a realidade e nela atuar, tornando-se melhor e melhorando a qualidade de vida de toda a sociedade.

É, pois, nossa responsabilidade como instituição educacional entender o passado, viver o presente e vislumbrar o futuro para afirmar, com coragem e lucidez, os valores que fundamentam a vida, criando condições para que as pessoas se desenvolvam integralmente.

Compreender a importância da atividade intelectual como forma de processamento da experiência e alcance de estágios cada vez mais aprimorados de desenvolvimento; organizar e compreender a sua própria experiência, definindo a partir dela, metas e programas; avaliar, com autonomia e lucidez, os resultados das ações e programas implementados; recombina e relacionar globalmente dados da sua experiência de forma a criar respostas novas.



7.3.2. RELACIONAMENTO COM O OUTRO

A segunda dimensão – O RELACIONAMENTO COM O OUTRO – é determinante do processo pelo qual as pessoas se ajudam a crescer. Dentro dessa dimensão, nos propomos a criar condições para que a pessoa: perceba a importância do relacionamento como fator de crescimento; desenvolva formas efetivas de comunicação, expressando e discutindo com clareza processos e resultados de sua própria experiência ; admita que os outros tenham e expressem ideias e valores diferentes; seja flexível, considerando as controvérsias como oportunidade de desenvolvimento; perceba sua responsabilidade social, compreendendo que as suas ações individuais se refletem nos outros; compreenda a importância do trabalho como:

- meio de aquisição de recursos materiais para garantir, com dignidade, a vida das pessoas;
- fator de crescimento emocional e intelectual do ser humano;
- elemento que contribui para a melhoria da qualidade de vida da sociedade acolha o outro como pessoa em desenvolvimento.

7.3.3. TRANSCENDÊNCIA

A terceira dimensão do desenvolvimento pessoal – A TRANSCENDÊNCIA – origem e meta do processo educacional, traduz-se na compreensão profunda da essência da vida. Nesse sentido queremos propiciar à pessoa experiências que favoreçam:

- a compreensão do ser vivo como único e integrante de um todo;
- o encontro da pessoa com a sua razão de ser com a razão de ser de cada coisa;
- o reconhecimento de que o homem é potencialmente um ser ilimitado.

A missão educacional do Colégio é uma proposta flexível de desenvolvimento da pessoa em dimensões humanas por nós consideradas fundamentais. Tais dimensões, aqui separadas para efeito didático, são, na realidade, fatores que se interagem e se integram num todo. Não pretendemos definir um padrão para a formação do indivíduo. Desejamos, porém, criar, nele,



em meio à mutabilidade e ao relativismo característicos do processo vital, pontos de referência e valores fundamentados na sua experiência pessoal.

8. DADOS DO CENSO ESCOLAR 2022

Número total de matrículas: 175

Número de matrículas por etapa de ensino ofertada.

Ensino Fundamental 1: 175

Distribuição dos estudantes por sexo:

Masculino: 40%

Feminino: 60%

Distribuição dos estudantes por cor/raça:

Branca: 10%

Preta: 10%

Parda: 60%

Amarela: 10%

Indígena: 10%

Não declarada: 0%

Distribuição dos estudantes por localização/zona de residência:

Urbana: 100%

Rural: 0%



Utilização de transporte escolar público pelos estudantes:

Utiliza: 60%

Não utiliza: 40%

9. PERFIL DE PROFESSORES, DIREÇÃO E DEMAIS SERVIDORES DA ESCOLA

Somos mediadores, orientadores, motivadores do processo ensino aprendizagem trabalhando o conteúdo a partir do contexto em que o aluno está inserido, oportunizando de forma dinâmica e desafiadora condições que viabilizem a busca ao conhecimento, fornecendo subsídios que levem ao educando a entender o mundo em que vive, cumprindo seus deveres e direitos como cidadão crítico e responsável, em sua complexidade espaço-temporal, para que possa nele atuar com vista à transformação, fazendo do aluno um sujeito investigativo, interessado, que busca conhecer e compreender a realidade.

Procuramos dinamizar as aulas, tornando-as mais interessantes motivando e despertando nos alunos o desejo de ser alguém capaz de atuar na sociedade e melhorar suas condições de vida, no respeito mútuo e mantendo um bom relacionamento dentro e fora do ambiente escolar.

⇒ **Número total de docentes:**

- 14

⇒ **Número de docentes por etapa de ensino ofertada:**

- 1º Ano: 4
- 2º Ano: 4
- 3º Ano: 4
- 4º Ano: 6
- 5º Ano: 6

4.2.1 A HABILITAÇÃO E OS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE DOS RECURSOS HUMANOS

Nome da Escola	Instituto Educacional Peter Pan
Diretor (a)	Laís Peres Farnetti / Pedagogia – Orientação Educacional Licenciatura Plena / Administração e Supervisão da Escola de 1º Grau.
Autorização para dirigir e validade:	7377/ MEC masp 116177
Secretário (a)	Kathia Maria Pires Farnetti / Bacharelado em Economia e Ciências Contábeis.
Autorização para secretariar e validade:	866459 validade 04/02/2021 à 04/02/2024
E-mail para contato	contato@grupofarnetti.com.br
Etapas de Escolaridade ofertadas	Fundamental 1
Modalidades de ensino ofertadas	Ensino Fundamental 1
Pedagoga	FLÁVIA REZENDE PRADO Licenciada em Pedagogia, Habilitação em Orientação Educativa

Relação de professores/habilitação/autorização (conforme Matriz Curricular ofertada)

Nome do professor	Etapas e anos de escolaridade em que atua	Componente Curricular que ministra	Habilitação ou autorização ¹ para lecionar
JULIANA BRAGA SILVA	1º ano	Regente de Turma	Licenciatura em



			Pedagogia
CRISTIANE MORGANA	1º ano	Regente de Turma	Licenciatura em Pedagogia
ARIANE ALVES DE DEUS	2º ano	Regente de Turma	Licenciatura em Pedagogia
FERNANDA SANTOS FIGUEIREDO	2º ano	Regente de Turma	Licenciatura em Pedagogia
FÁTIMA DA EUCARISTIA SANTANA	3º ano	Regente de Turma	Licenciatura em Pedagogia
JULIANA CARVALHO CASTRO	3º ano	Regente de Turma	Ensino Normal – Magistério 1º Grau
MÁRCIA CARVALHO DE CAMPOS	4º ano e 5º ano	Ciências, História e Geografia	Licenciatura em Pedagogia
LUCIA BARBOSA	4º ano e 5º ano	Língua Portuguesa e Literatura	Licenciatura em Pedagogia
ANDREA DE LOURDES TEIXEIRA BRAGA	4º e 5º ano	Matemática	Licenciatura em Pedagogia
DAIANNI CAROLINE SILVA	4º e 5º ano	Língua Portuguesa, Ciências	Licenciatura em Pedagogia
FRANCISLENE CRISTINA ELIAS DOS REIS	5º ano	Regente de Turma	Licenciatura em Pedagogia
MICAELA RAMOS DA SILVA	1º ao 5º ano	Língua Inglesa	Licenciatura em Letras
CAMILA APARECIDA GOMES	1º ao 5º ano	Língua Inglesa	Licenciatura em Letras
PAULO CÉSAR RIBEIRO COELHO	1º ao 5º ano	Educação Física	Licenciatura em Educação Física

Relação de funcionários/cargo/nível de escolaridade

Nome do funcionário	Cargo	Nível de escolaridade
CARLA RENATA PIRES SQUARANTI	Auxiliar de Secretaria	Ensino Médio Completo
ERIKA FRANÇA DE OLIVEIRA ANASTACIO	Auxiliar de Secretaria	Técnico em Contabilidade
SUELLEN APARECIDA ALVES DA COSTA	Auxiliar Administrativo	Ensino Médio Completo
EUGENIO PIO AVELAR FRAGA	Porteiro	Ensino Fundamental Incompleto
ALEX ALLEN RIBEIRO ANDREATA	Porteiro	Ensino Médio Completo
BEATRIZ CONCEIÇÃO ARAÚJO	Auxiliar De Serviços Gerais	Curso de Magisterio Completo
BEATA DE FAIMA ALVES SANTOS	Auxiliar De Serviços Gerais	Ensino Fundamental Completo
LEANDRA DOS SANTO SOUZA	Auxiliar De Serviços Gerais	Ensino Fundamental Completo
MARIA CRISTINA COELHO CARVALHO	Auxiliar De Serviços Gerais	Ensino Fundamental Incompleto
MEIRE APARECIDA LOPES DE ARAÚJO	Auxiliar De Serviços Gerais	Ensino Fundamental Incompleto
SIMONE SILVA DE SOUZA	Auxiliar De Serviços Gerais	Ensino Fundamental Incompleto

Os professores em sua maioria concebem o ensino-aprendizagem como indissociáveis, e por sua vez se reconhecem como parte integrante e agentes ativos na aprendizagem dos alunos, e com o objeto a ser aprendido. Nesse contexto a avaliação passa a ser parte do processo de aprendizagem, subsidiando o trabalho do professor. Seus resultados são utilizados tanto para a verificação da aprendizagem, como para diagnósticos no decorrer do processo



A avaliação interna do processo de ensino e aprendizagem, é realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática, tendo como objetivo o diagnóstico da situação de aprendizagem dos alunos e a programação curricular prevista em cada nível e etapa da escolaridade, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, tem por objetivos:

- 1 - Diagnosticar e registrar os progressos do aluno e suas dificuldades;
- 2 - Possibilitar que os alunos auto avaliem sua aprendizagem;
- 3 - Orientar o aluno quanto aos esforços necessários para superar as dificuldades;
- 4 - Fundamentar as decisões do Conselho de Classe/Série quanto à necessidade de procedimentos paralelos ou intensivos de reforço e recuperação da aprendizagem, de classificação e reclassificação de alunos;
- 5 - Orientar as atividades de planejamento e replanejamento dos conteúdos curriculares.

10. FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS

O planejamento, a execução e o acompanhamento da formação continuada são ações essenciais para a implementação dos currículos, considerando a necessidade de aprimoramento das práticas pedagógicas nas instituições educativas.

Para tanto, faz-se necessário um planejamento com muita intencionalidade, que envolva os diversos atores da rede, considerando o papel da formação permanente em serviço como um direito que deve ser assegurado no cotidiano das instituições educativas.

Os novos currículos explicitam a formação de um cidadão, considerando o desenvolvimento de dez competências gerais ao longo da Educação Básica. Nesse processo, os profissionais de educação também aprimoram as suas competências profissionais.

11. DIAGNÓSTICO DA ESCOLA

ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS



O processo de avaliação do ensino e da aprendizagem no Colégio e presentes na LDB 9394/96, bem como o acompanhamento dos registros oficiais dos resultados e acompanhamento sistemático da frequência dos alunos está regulamentado no Regimento Escolar e legislação vigente.

O Regimento Escolar da instituição, destaca a forma que se procederá a Avaliação Individual expressa em nota trimestral a serem lançadas no sistema de gestão da escola seguindo o cronograma de cada trimestre, em cada componente curricular, o desempenho do aluno nos diversos instrumentos de avaliação utilizados pelo professor, destacando as provas orais e escritas, os trabalhos, a verificação de cadernos e o desempenho global, bem como sua participação individual e no grupo, organização, assiduidade, pontualidade, iniciativa, responsabilidade e envolvimento com seu processo educativo, além dos resultados nos SIMULADOS.

Os resultados da avaliação do aproveitamento deverão ser analisados com o aluno em sala de aula, sintetizados em menção única encaminhada ao Conselho de Classe, considerando seu desempenho global nas diferentes áreas do cognitivo/social/emocional. conhecimento e o crescimento pessoal.

Os registros serão enviados trimestralmente à secretaria e os pais/responsáveis serão convidados a participar de reuniões trimestrais com os professores e alunos, destinadas à análise dos resultados e relatos constantes do Boletim Aluno.

Notas que são redigida pelo professor representante de classe a partir das informações do Conselho de Classe e do cotidiano do aluno na Escola, abarcando seu desempenho, relacionamentos com seu grupo, professores e funcionários e seu envolvimento com o processo educativo quando é sujeito corresponsável pela própria formação.

Os Professores Coordenadores do Ensino Fundamental e Médio realizam acompanhamentos sistemáticos em sala de aula, orientando professores como trabalhar os diversos conhecimentos de forma dinâmica/diversificada e procedendo ao ajuste/retomada necessário para o aprimoramento dos trabalhos, tendo para isso o apoio da direção nas diferentes ações e projetos propostos e desenvolvidos na escola.

12. ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES INTERNAS

O ato de avaliar é uma ação inerente às atividades humanas e tem por objetivo identificar, aferir, investigar e analisar um determinado fato, situação ou processo. A avaliação educacional é composta por uma série de procedimentos caracterizando-se como uma ação que deve ser utilizada como subsídio à prática docente, visando à melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Aborda-se a avaliação em:

- Avaliação Interna da aprendizagem: realizada pelo professor em sala de aula. Busca verificar a aprendizagem do aluno e é determinada em conformidade com o planejamento escolar e Plano de Trabalho Docente.

Segue em anexo a planilha de notas dos alunos:



13. FREQUÊNCIA E RENDIMENTO

13.1. A FREQUÊNCIA

O índice de frequência escolar é um indicativo que serve para que a escola tenha noção de quem são os alunos faltosos e quais são os motivos pelos quais esses alunos têm faltado às aulas.

A importância de se acompanhar o índice de frequência escolar é muitíssimo importante, já que a partir desse dado será possível identificar se um estudante está desmotivado com



alguma disciplina em particular ou se essa desmotivação é algo mais geral, então pensar em estratégias pedagógicas que motivem os estudantes.

Além disso, acompanhar a frequência escolar é fundamental para identificar se os estudantes estão com algum problema particular que tem se refletido em sua assiduidade às aulas.

É importante ressaltar que os alunos são frequentes e, quando ocorrem ausências, geralmente são devidamente justificadas por motivos de saúde, como doenças ou consultas médicas. Nesses casos, nossos alunos apresentam atestados médicos para comprovar sua ausência. E para garantir que nenhum aluno seja prejudicado por eventuais faltas, as atividades realizadas são reaplicadas posteriormente, permitindo que os alunos ausentes possam recuperar o conteúdo.

Essa faixa etária é acompanhada diretamente pela regente de turma e identificada a frequência imediatamente quando a mesma se tornar ativa, após essa identificação as pendências são encaminhadas à Pedagoga e à Secretaria para contato imediato aos responsáveis. Caso falta justificadas, serão lançadas no sistema de gestão, caso falta injustificadas os responsáveis serão chamados a comparecerem ao Estabelecimento de Ensino para registro em ata.

Serão observados na promoção do aluno a avaliação do aproveitamento e a frequência. Será aprovado o aluno que alcance:

1 - Aproveitamento mínimo em cada componente curricular de:

a) 60 (sessenta) pontos de 1º a 5º Ano; exceto 1º ao 3º ano

2 - Frequência mínima a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas para cada série.

Os estudos de recuperação visarão a proporcionar ao aluno novas oportunidades de aprendizagem para superar dificuldades verificadas no seu desempenho escolar.

Tais estudos, deverão se constituir em estratégias de intervenção diferenciadas no processo de aprendizagem do aluno, tendo em vista a melhoria de seu aproveitamento escolar. As dificuldades apresentadas pelo aluno no seu processo de aprendizagem serão detectadas através de avaliações contínuas, considerando os objetivos estabelecidos no planejamento curricular e a organização didática, adotados pela escola. Os registros serão passíveis de



serem revistos, pelo Conselho de Classe, sempre que forem superados por novas medidas de avaliação, sendo computado como válido o último desempenho do aluno. Os alunos terão o direito de Recuperação Paralela, pois esta permitirá atender às dificuldades de aprendizagem, tão logo elas se apresentarem mediante a utilização de materiais didático pedagógicos suplementares e assistência individualizada. Deverá ser verificado o desenvolvimento do ensino aprendizagem no dia-a-dia da sala de aula. Os estudos independentes acontecerão no final dos Semestres nos anos finais do Ensino Fundamental, e no Ensino Médio. Já os estudos orientados acontecerão no final do ano escolar. A apuração da assiduidade dos alunos é realizada periodicamente e ao final do período letivo. O aluno infrequente amparado em legislação específica, recebe tratamento especial.

O arredondamento das notas dos alunos se fará necessário determinando os seguintes critérios:

- * para nota decimal de 0,1 a 0,4 ajustará para 0,5
- * para nota decimal de 0,6 a 0,9 ajustará para o inteiro superior.
- * para nota decimal 0,5 permanecerá inalterada.

OBS.: * Mínimo para aprovação – 60 pontos – 60%

Pontos a serem distribuídos durante o ano – 100 pontos

Abaixo de 45% - Reprovação

Recuperação - Até 3 disciplinas

Acima de 3 disciplinas - Reprovação

Conforme resolução CNE/CEB nº07 – 14/12/2010 – Novas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental I, no artigo 30 em seu inciso III e parágrafo primeiro diz que as escolas particulares devem considerar os três primeiros anos do Ensino Fundamental como se fosse um bloco ou um ciclo sem interrupção, portanto, não deve haver nesse início de Ensino Fundamental a retenção, privilegiando, no entanto, a alfabetização e o letramento. A continuidade da aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no Ensino Fundamental como um todo e,



particularmente, na passagem do primeiro para o segundo ano de escolaridade e deste para o terceiro. Mesmo quando o sistema de ensino ou a escola, no uso de sua autonomia, fizerem opção pelo regime seriado, será necessário considerar os três anos iniciais do Ensino Fundamental como um bloco pedagógico ou um ciclo sequencial não passível de interrupção, voltando para ampliar a todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos.”

Os estudos de recuperação visarão a proporcionar ao aluno novas oportunidades de aprendizagem para superar dificuldades verificadas no seu desempenho escolar. A Recuperação acontecerá de forma paralela e constante; e ao findar o trimestre haverá uma Atividades de Verificação no valor do trimestre somente para alunos abaixo da média.

Os estudos de recuperação deverão se constituir em estratégias de intervenção diferenciadas no processo de aprendizagem do aluno, tendo em vista a melhoria de seu aproveitamento escolar.

As dificuldades apresentadas pelo aluno no seu processo de aprendizagem serão detectadas através de avaliações contínuas, considerando os objetivos estabelecidos no planejamento curricular e a organização didática, adotados pela escola.

Os registros serão passíveis de serem revistos, pelo Conselho de Classe, sempre que forem superados por novas medidas de avaliação, sendo computado como válido o último desempenho do aluno.

Será garantido aos alunos o direito de Recuperação Paralela, pois esta permitirá atender às dificuldades de aprendizagem, tão logo elas se apresentarem mediante a utilização de materiais didático pedagógicos suplementares e assistência individualizada. Deverá ser verificado o desenvolvimento do ensino aprendizagem no dia-a-dia da sala de aula.

Sobre o acompanhamento dos alunos com necessidades educacionais especiais. O Processo de Ensino e Aprendizagem acontecerá de acordo com as condições apresentadas pelo aluno. O processo será adequado tendo como respaldo o(s) laudo(s) e parecer(es) prescrito(s) pelo(s) profissional(is) que atesta(m) e em comum acordo com os responsáveis.

Sobre o Processo de Avaliação:



Os cronogramas dos trimestres serão adequados onde o aluno realizará uma avaliação por dia. A esse respeito vale ressaltar; haverá agendamento das avaliações em horários diferenciados ao turno que o aluno estiver matriculado, conforme estiver proposto nos cronogramas previamente enviados aos responsáveis

O alunos será encaminhado à uma sala com um número menor de alunos, também em acompanhamento, onde terá sua avaliação direcionada pela Coordenação.

O prazo para a conclusão das avaliações poderá ser estendido, caso o aluno necessite.

Serão ofertadas ao aluno, além das avaliações de Recuperação (trimestrais). Estas atividades serão propostas, com a finalidade do aluno recuperar o conteúdo não vencido e complementar e/ou aproximar as médias do(s) Trimestre(s).

As Recuperações Trimestrais serão oferecidas aos alunos que não alcançarem o mínimo exigido durante o ano letivo, e não haverá limite de número de componente curricular. As Recuperações Finais, serão ofertadas ao aluno, caso ao longo do ano, não alcance a média estipulada. Serão realizadas desde que haja a pontuação mínima de 45,0pts anual e não excedam o número de 3(três) componentes curriculares.

Para a correta identificação no sistema a escola deverá:

obter junto aos pais ou responsáveis informações sobre as especificidades apresentadas pelo aluno;

solicitar dos pais relatórios do atendimento e/ou acompanhamento a que ele tenha sido ou esteja sendo submetido.

Em caso de transferência, a escola poderá solicitar ou encaminhar relatórios pedagógicos com informações sobre o atendimento oferecido ao aluno.

13.2. O RENDIMENTO

O rendimento escolar pode ser definido pelo desempenho dos alunos quanto ao conhecimento adquirido e à habilidade de aplicação. Dessa forma, os estudantes devem passar por avaliações que medem a capacidade nos aspectos qualitativos e quantitativos.



O acompanhamento do rendimento escolar é importante tanto para a instituição, quanto para pais e alunos. Afinal, a queda do rendimento escolar pode indicar desafios que não estão sendo superados no processo de aprendizagem.

Isso significa que o acompanhamento do rendimento escolar permite verificar pontos de alerta individuais e da turma, oferecer dados para a tomada de decisão sobre o planejamento das atividades escolares, potencializar o relacionamento com as famílias e com os estudantes e estabelecer soluções para problemas identificados.

A verificação do rendimento escolar terá por finalidade diagnosticar o desempenho do aluno, a fim de programar ações educativas subsequentes.

A avaliação da aprendizagem é, antes de mais nada, uma questão política, intimamente relacionada às finalidades do projeto educativo da escola. Não pode, pois, ser concebida de forma isolada, uma vez que reflete uma concepção de homem, de educação e de sociedade.

Concepções de avaliação relacionam-se com concepções de ensino e de aprendizagem e com concepções de relações sociais. Repensar a avaliação implica necessariamente uma reflexão crítica acerca da prática pedagógica, da escola e de sua função social.

Avaliar significa *determinar o valor, estimar o merecimento, ajuizar*. Ora, só é possível determinar o valor de alguma coisa se a colocamos em relação com outra, tomada como contrapeso, como critério de medida. Não há como avaliar sem ter referenciais claros, pois um mesmo resultado ou processo podem ser considerados de forma diferente segundo o ponto de vista adotado no julgamento. O ato de avaliar, de atribuir valor a alguma coisa, não pode também limitar-se, como frequentemente tem ocorrido na escola, à verificação da aprendizagem de conteúdos por meio de provas e notas. Embora tais instrumentos possam ser parte do processo, a avaliação tem um significado mais amplo, uma vez que envolve a formação de juízos e a apreciação de aspectos qualitativos dificilmente representáveis numa escala numérica. A escola não pode eximir-se de apreciar, de forma apropriada, o desenvolvimento integral do educando, ou seja, seu crescimento afetivo, social e ético. Além disso, se pretende formar sujeitos autônomos, críticos e criativos, tem também de perceber o aluno como sujeito avaliador, e não apenas como objeto a ser avaliado. É importante ainda considerar que não se pode avaliar a aprendizagem, sem avaliar o ensino e sem considerar a relação entre ambos, pois o desenvolvimento do aluno está ligado à prática do professor e às



condições oferecidas pela escola. Se buscamos uma escola que não seja uma preparação para a vida, mas que seja ela mesma uma rica experiência de vida, se buscamos uma escola que não seja reprodutora dos modelos sociais discriminatórios, mas promotora do desenvolvimento integral de todos os alunos, temos de repensar a avaliação. A sala de aula é um microcosmo social: a maneira como a organizamos, o que fazemos valer nas relações das pessoas com o conhecimento, nas relações das pessoas consigo mesmas, com seus pares e com o professor, serão as formas de viver que o aluno, como sujeito social, apreenderá como válidas.

A avaliação deixa de associar-se ao momento especial das provas e essas deixam de ser compreendidas como o único instrumento para gerar notas. As notas ou conceitos, por sua vez, passam a ser compreendidas como representações globais do complexo processo de desenvolvimento do aluno sem equivalência direta com a contagem metódica e enganosamente objetiva de pontos atribuídos a questões de provas. Ganha relevância a avaliação contínua por meio de instrumentos diversificados, o uso de instrumentos descritivos e a avaliação qualitativa, a fim de que os dados recolhidos possam retratar a situação do aluno, o seu próprio trabalho e a adequação das providências institucionais.

Para obtermos um melhor desempenho dos nossos alunos reorganizamos nosso sistema avaliativo.

14. ENSINO FUNDAMENTAL

Os resultados da avaliação do aproveitamento do aluno nos conteúdos da Base Nacional Comum, são registrados em pontos na escala de 0 (zero) a 100 (cem), distribuídos nos 3 (três) trimestres. A escala de pontos será distribuída nos quatro bimestres da seguinte forma:

1º ao 5º ano – Nota:

- a) 1º Trimestre : 30 pontos;
- b) 2º Trimestre : 35 pontos;
- c) 3º Trimestre : 35 pontos;

Nas disciplinas Arte e Educação Física, o aproveitamento será registrado em conceitos:



1 – Ótimo,

2 – Muito Bom,

3 – Bom

Os resultados da avaliação de aproveitamento serão comunicados aos responsáveis e ao próprio aluno, através de instrumento adequado a este fim, ao final de cada bimestre. Será fornecido ao aluno revisão de provas, quando necessária pelo prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento do resultado.

– Classificar significa posicionar o aluno em série anual, compatível com sua idade, experiência, nível de desempenho ou de conhecimento.

A Classificação em qualquer série, exceto a primeira do Ensino Fundamental pode ser feita:

1 – Por promoção – para alunos que cursaram com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;

2 – Por transferência – para candidatos procedentes de outras escolas;

3 – Independentemente da escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que define o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada.

Reclassificar significa posicionar o aluno na série, diferente daquela que seu histórico escolar registre ou, na ausência deste, que o seu desenvolvimento, avaliado pela escola, indique. A Reclassificação deverá constituir um recurso de adaptação do aluno na série, conforme a idade e nível de desempenho, sempre no sentido de reforçar positivamente a autoestima e gosto pelos estudos e pela escola, não poderá haver Reclassificação para conclusão do Ensino Fundamental.

A escola poderá reclassificar o aluno:

1 – Quando ocorrer avanço escolar

* avanço escolar é a forma de propiciar ao aluno que apresente nível de desempenho acima de sua idade a oportunidade de concluir em menor tempo,



- * aluno com desenvolvimento superior é aquele que apresenta características especiais, como altas habilidades e comprovada competência;
- * faz-se necessário ser realizada uma avaliação especial, empreendida por comissão especificamente constituída para diagnosticar a aplicabilidade excepcional do dispositivo legal, do educando avaliado como portador de altas habilidades.

2 – Quando ocorrer aceleração de estudos;

- * aceleração de estudos é a forma de propiciar a alunos com atraso escolar a oportunidade de atingir o nível de desenvolvimento correspondente a sua idade,
- * aluno com atraso escolar é aquele que se encontra com idade superior à que corresponde a série, que esteja cursando,
- * a aceleração de estudos será organizada através de programas especiais organizados pela instituição.

3 – Por transferência, indicando uma posição do aluno que será modificada na escola de destino.

4 – Quando o aluno possuir frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas; o aluno submetido ao processo de Reclassificação por frequência inferior, será avaliado em todos os componentes curriculares, através de avaliação, trabalhos e atividades de pesquisa.

Os documentos que fundamentam a Classificação e a Reclassificação de cada aluno serão arquivados na escola e os atos lavrados em ata.

Constarão no histórico escolar, informações sobre o processo de Classificação e/ou Reclassificação a que o aluno possa ter sido submetido.

15. DISTORÇÃO IDADE/ANO DE ESCOLARIDADE

Nossa instituição tem um processo de admissão cuidadoso quanto a idades de cada aluno. Dessa forma, garantimos que os alunos estejam na faixa etária correta para cada série. Essa medida é essencial para promover um ambiente acadêmico equilibrado, onde os estudantes



possam aproveitar ao máximo sua jornada educacional e garantir seu progresso contínuo ao longo do tempo.

16. PONTOS DE MELHORIA IDENTIFICADOS A PARTIR DO DIAGNÓSTICO

Após a realização do diagnóstico, constatamos que alguns aspectos precisam ser aprimorados na instituição, visando proporcionar uma aprendizagem mais efetiva aos alunos.

Reaproveitar as instalações físicas,

Conscientizar sobre a limpeza e integridade dos espaços,

Participação da família em eventos, exposições e feiras,

Investir em tecnologia,

Contar com uma equipe eficiente e motivada,

Acompanhar o desempenho escolar,

Praticar a gestão de bons exemplos,

Evitar as faltas escolares frequentes

17. O PLANEJAMENTO GERAL E A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

17.1. DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO ESCOLAR

Os instrumentos de gestão escolar, descritos nos tópicos a seguir, são a base para a organização da nossa instituição educacional.

- Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI;
- Autoavaliação Institucional;
- Projeto Político Pedagógico da instituição;
- Regimento Escolar.



17.2. DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um documento que descreve o processo de planejamento estratégico realizado pela nossa instituição, com o objetivo de aprimorar a qualidade do ensino e da aprendizagem.

A Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para o exercício da cidadania em plenitude, da qual depende a possibilidade de conquistar todos os demais direitos, definidos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na legislação ordinária e nas demais disposições que consagram as prerrogativas do cidadão. A garantia de padrão de qualidade, com pleno acesso, inclusão e permanência dos sujeitos das aprendizagens na escola e seu sucesso, com redução da evasão, da retenção e da distorção de idade/ano/série, resulta na qualidade social da educação, que é uma conquista coletiva de todos os sujeitos do processo educativo. O PDI, elaborado para um período de cinco anos, é o documento que identifica a instituição educacional no que diz respeito ao seu perfil institucional, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades escolares que desenvolve e/ou que pretende desenvolver.

17.3. DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional é realizada anualmente para revisar os objetivos e metas a serem concretizados. Ela serve como um mecanismo coletivo para verificar continuamente as condições de funcionamento da instituição, buscando aprimorar a qualidade do ensino oferecido. A nossa instituição educacional opera a autoavaliação de acordo com o que foi definido no Projeto de Autoavaliação Institucional (PAI), o qual foi desenvolvido com a participação de todos os setores da escola, de forma constante, abrangendo todas as dimensões estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

17.3.1. OBJETIVOS DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Autoavaliação Institucional tem por finalidades:

promover, de forma sistemática e permanente, a avaliação da instituição educacional como um instrumento da melhoria da qualidade educativa;



- desenvolver o autoconhecimento institucional;
- corrigir rotas e aperfeiçoar as ações institucionais;
- articular a participação da comunidade escolar;
- garantir o desenvolvimento sustentável da instituição educacional.

17.3.2. REQUISITOS DA AUTOAVALIAÇÃO

A autoavaliação institucional é um processo constante de verificação das condições estruturais e de funcionamento da instituição, e tem com intuito aprimorar a qualidade do ensino oferecido e melhorar a produtividade. Essa avaliação abrange todas as dimensões estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), verificando o progresso em relação às metas e objetivos estabelecidos, bem como outros aspectos relevantes identificados pela comunidade escolar.

17.3.3. ETAPAS DA AUTOAVALIAÇÃO

A organização deste processo prevê a ocorrência de diferentes etapas, algumas das quais podem ser desenvolvidas simultaneamente.

- Primeira etapa: preparação
- Segunda etapa: desenvolvimento
- Terceira etapa: Consolidação

17.3.4. PERIODICIDADE

Anualmente

Período de: 06/11/2023 a 10/11/2023

18. METAS DA ESCOLA

- Reaproveitar as instalações físicas:

Meta: Realizar o reaproveitamento de 80% das instalações físicas até o final do próximo ano letivo, por meio de projetos de revitalização e readequação dos espaços.



- Conscientizar sobre a limpeza e integridade dos espaços:

Meta: Promover campanhas de conscientização e implementar ações de educação ambiental para garantir a limpeza e a integridade dos espaços escolares. Alcançar 100% de adesão dos alunos e funcionários até o final do trimestre atual.

- Aumentar a participação da família em eventos, exposições e feiras:

Meta: Aumentar em 70% a participação das famílias nos eventos, exposições e feiras promovidas pela escola até o final do semestre atual, por meio de convites e divulgação efetiva.

- Investir em tecnologia:

Meta: Solicitar ao corpo docente o uso dos dispositivos existente na instituição, internet, sala de informática com 26 chromebooks, 10 data shows, para o processo de ensino-aprendizagem.

- Ter uma equipe eficiente e motivada:

Meta: Realizar programas de capacitação e desenvolvimento profissional para a equipe docente e administrativa, buscando aumentar a eficiência e motivação. Alcançar 100% de participação até o final do ano letivo atual.

- Acompanhar o desempenho escolar:

Meta: Implementar um sistema de acompanhamento do desempenho escolar dos alunos, com avaliações periódicas e feedback individualizado. Gerar relatórios semestrais a partir deste ano letivo.

- Praticar a gestão de bons exemplos:

Meta: Promover a prática de bons exemplos de comportamento e ética na escola, por meio de ações e atividades mensais. Alcançar um mínimo de 5 exemplos reconhecidos e valorizados por mês até o final do ano letivo atual.

-Reduzir as faltas escolares frequentes:



Meta: Reduzir em 70% o número de faltas escolares frequentes até o final do próximo ano letivo, por meio de campanhas de conscientização e acompanhamento individualizado dos casos.

19. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO, DE CURRÍCULO ESCOLAR, DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS E DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

As concepções assumidas pela Escola, se efetiva na medida em que sua prática pedagógica como um todo, torna-se a expressão real da sua concepção e assim compreende e concebe *Educação, Currículo Escolar, Aprendizagem dos Alunos, Avaliação Escolar*, conforme explicitadas a seguir:

19.1. EDUCAÇÃO

A concepção de Educação é compreendida como um processo de desenvolvimento do indivíduo para que ele possa atuar na sociedade. Para tal educação, deve-se considerar o homem no seu plano físico e intelectual, consciente das possibilidades e limitações, capaz de compreender e refletir sobre a realidade do mundo que o cerca, podendo considerar seu papel de transformação social como uma sociedade que supere nos dias atuais a economia e a política, buscando solidariedade entre as pessoas, respeitando as diferenças individuais. Desse modo, privilegia-se a prática de uma educação em que os professores e alunos se visualizem por inteiro no processo, estabelecendo-se uma mudança de atitudes a respeito da formação e ação do aluno, das quais fazem parte, os aspectos afetivos, sociais, éticos concomitantemente com os aspectos cognitivos.

19.2. CURRÍCULO ESCOLAR

A concepção de Currículo Escolar é compreendida como o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção, a socialização de significados no espaço social, contribuindo, intensamente, para a construção de identidades socioculturais do educando. A concepção de currículo aqui defendida requer que a organização escolar, os planos, a metodologia de



ensino, as formas de avaliação da aprendizagem, as relações entre os atores que participam do processo educacional e todas as variáveis implícitas nele tenham o aluno como centro do processo ensino e aprendizagem.

19.3. APRENDIZAGEM DOS ALUNOS

A concepção de Aprendizagem dos Alunos é compreendida como o processo pelo qual as competências, habilidades, conhecimentos, comportamentos ou valores são adquiridos ou modificados, como resultado de estudo, de experiência, de formação, de observação e raciocínio. É concebida como um processo possível para todos, mas também entende e respeita as maneiras e os ritmos de aprendizagem de cada aluno. Todo aluno é capaz de aprender desde que lhe sejam oferecidas situações significativas, contextualizadas, sistematizadas, com Intervenções Pedagógicas, quando necessárias, e com a mediação constante do professor.

19.4. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A concepção de Avaliação da Aprendizagem é compreendida com a função básica de ajudar o aluno a aprender, favorecendo o seu progresso individual e contínuo. Com função diagnóstica, formativa, investigativa, indicadora de intervenções pedagógicas, pressupõe uma diversidade de instrumentos. Esses devem expressar o desenvolvimento das competências e habilidades consolidadas pelos alunos.

A verificação do rendimento escolar terá por finalidade diagnosticar o desempenho do aluno, a fim de programar ações educativas subsequentes.

A avaliação da aprendizagem é, antes de mais nada, uma questão política, intimamente relacionada às finalidades do projeto educativo da escola. Não pode, pois, ser concebida de forma isolada, uma vez que reflete uma concepção de homem, de educação e de sociedade.

Concepções de avaliação relacionam-se com concepções de ensino e de aprendizagem e com concepções de relações sociais. Repensar a avaliação implica necessariamente uma reflexão crítica acerca da prática pedagógica, da escola e de sua função social.



Avaliar significa *determinar o valor, estimar o merecimento, ajuizar*. Ora, só é possível determinar o valor de alguma coisa se a colocamos em relação com outra, tomada como contrapeso, como critério de medida. Não há como avaliar sem ter referenciais claros, pois um mesmo resultado ou processo podem ser considerados de forma diferente segundo o ponto de vista adotado no julgamento. O ato de avaliar, de atribuir valor a alguma coisa, não pode também limitar-se, como frequentemente tem ocorrido na escola, à verificação da aprendizagem de conteúdos por meio de provas e notas. Embora tais instrumentos possam ser parte do processo, a avaliação tem um significado mais amplo, uma vez que envolve a formação de juízos e a apreciação de aspectos qualitativos dificilmente representáveis numa escala numérica. A escola não pode eximir-se de apreciar, de forma apropriada, o desenvolvimento integral do educando, ou seja, seu crescimento afetivo, social e ético. Além disso, se pretende formar sujeitos autônomos, críticos e criativos, tem também de perceber o aluno como sujeito avaliador, e não apenas como objeto a ser avaliado. É importante ainda considerar que não se pode avaliar a aprendizagem, sem avaliar o ensino e sem considerar a relação entre ambos, pois o desenvolvimento do aluno está ligado à prática do professor e às condições oferecidas pela escola. Se buscamos uma escola que não seja uma preparação para a vida, mas que seja ela mesma uma rica experiência de vida, se buscamos uma escola que não seja reprodutora dos modelos sociais discriminatórios, mas promotora do desenvolvimento integral de todos os alunos, temos de repensar a avaliação. A sala de aula é um microcosmo social: a maneira como a organizamos, o que fazemos valer nas relações das pessoas com o conhecimento, nas relações das pessoas consigo mesmas, com seus pares e com o professor, serão as formas de viver que o aluno, como sujeito social, apreenderá como válidas.

A avaliação deixa de associar-se ao momento especial das provas e essas deixam de ser compreendidas como o único instrumento para gerar notas. As notas ou conceitos, por sua vez, passam a ser compreendidas como representações globais do complexo processo de desenvolvimento do aluno sem equivalência direta com a contagem metódica e enganosamente objetiva de pontos atribuídos a questões de provas. Ganha relevância a avaliação contínua por meio de instrumentos diversificados, o uso de instrumentos descritivos e a avaliação qualitativa, a fim de que os dados recolhidos possam retratar a situação do aluno, o seu próprio trabalho e a adequação das providências institucionais.



Para obtermos um melhor desempenho dos nossos alunos reorganizamos nosso sistema avaliativo.

20. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

20.1. ENSINO FUNDAMENTAL

Na organização curricular da educação básica, deve ser observado o conjunto de competências e habilidades estabelecidas na BNCC a serem desenvolvidas e trabalhadas, obrigatoriamente, por todas as unidades escolares.

Na perspectiva da formação integral dos estudantes para o desenvolvimento da cidadania, deverão ser incluídos, permeando todo o currículo, os Temas Integradores.

O ensino fundamental, etapa de escolarização obrigatória, deve comprometer-se com a formação integral dos estudantes, ofertando uma educação com equidade e qualidade.

O ensino fundamental deve promover um trabalho educativo inclusivo e equitativo que reconheça e valorize as experiências e habilidades individuais; atenda às diferenças e necessidades específicas de cada um, favorecendo, assim, uma cultura escolar respeitosa à diversidade de indivíduos e garantidora do direito a uma educação de qualidade.

Os anos iniciais devem garantir o princípio da continuidade da aprendizagem de todos os estudantes, sem interrupção, com foco na alfabetização e na matemática, na perspectiva do letramento.

O ensino, nos anos iniciais do ensino fundamental, deve estar articulado com as experiências vividas na educação infantil, prevendo progressiva sistematização dessas experiências quanto ao desenvolvimento de novas formas de relação com o mundo, novas formas de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, refutá-las, elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos.

As escolas devem organizar suas atividades de modo a assegurar aos estudantes um percurso de avanço contínuo de aprendizagens e a articulação do ciclo da alfabetização, com



o ciclo complementar, considerando que o processo de alfabetização e o letramento são a base de sustentação para o prosseguimento de estudos com sucesso.

Nos primeiros anos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter, como foco, a alfabetização, a fim de garantir, aos estudantes, amplas oportunidades de apropriação do sistema de escrita alfabética, de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita, assentindo, assim, seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos, bem como o desenvolvimento da capacidade de ler e escrever números, compreender suas funções e o significado e uso das quatro operações matemáticas.

O Currículo do ensino Fundamental, em consonância com a BNCC, estrutura-se em Áreas do Conhecimento e seus respectivos Componentes Curriculares.

Do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, o conteúdo curricular será:

	Áreas de Conhecimento	Componente Curricular
BASE NACIONAL COMUM	Linguagens e suas tecnologias	Língua Portuguesa
		Educação Física
		Arte
		Matemática e suas tecnologias
LDB 9394/96	Ciências Humanas e suas tecnologias	Geografia
		História



	Ciências da Natureza e suas tecnologias	Ciências
PARTE DIVERSIFICADA	Linguagens e suas tecnologias	Literatura e Redação
		Língua Inglesa

20.2. DAS ÁREAS DO CONHECIMENTO E DOS COMPONENTES CURRICULARES DO ENSINO FUNDAMENTAL

20.2.1. DA ÁREA DE LINGUAGENS

A Área de Linguagens é composta pelos Componentes Curriculares de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte e Educação Física, que tem como finalidade possibilitar, aos estudantes, conhecer, compreender, criar e utilizar-se de práticas diversificadas, que lhes permitam ampliar suas capacidades expressivas e de comunicação em manifestações artísticas, corporais e linguísticas, num processo contínuo às experiências vividas na Educação Infantil.

Do Componente Curricular Língua Portuguesa

O Componente Curricular Língua Portuguesa visa a assegurar os direitos de aprendizagem, aos estudantes, proporcionando-lhes experiências que contribuam para a ampliação e o aprofundamento dos diferentes letramentos, já adquiridos, e a aquisição de novos letramentos e multiletramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais.

Do Componente Curricular Língua Inglesa



O Componente Curricular Língua Inglesa será trabalhado a partir da compreensão, de modo indutivo, do funcionamento sistêmico do inglês por meio de práticas de uso, de análise e de reflexão sobre a língua, conforme estabelece a BNCC.

Do Componente Curricular Arte

O Componente Curricular Arte deve ser trabalhado, em toda sua amplitude, de forma a articular manifestações culturais de tempos e espaços diversos, englobando o entorno cultural e artístico do estudante, as produções passadas e contemporâneas, de forma histórica, social e política, propiciando entendimento dos costumes e dos valores culturais, e que se aliam ao desenvolvimento das competências gerais.

Do Componente Curricular Educação Física

A Educação Física, como Componente Curricular, tempo e espaço privilegiado de desenvolvimento das dimensões corporal, ética, estética e afetiva, deverá prezar pela vivência e fruição de práticas corporais, de forma plena e significativa e desenvolvida no sentido de colaborar com a formação integral dos estudantes.

20.2.2. DA ÁREA DE MATEMÁTICA

A área de Matemática é composta pelo Componente Curricular Matemática e tem como finalidade o desenvolvimento das competências gerais de investigação, de compreensão de fenômenos, de construção de representações significativas e de argumentações consistentes, nos mais variados contextos.

Do Componente Curricular Matemática

A Área de Matemática e o Componente Curricular Matemática devem garantir, aos estudantes, o desenvolvimento das seguintes competências específicas:

reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e das preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, devendo ser reconhecida como uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e



tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho;

desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo;

compreender as relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, de maneira tal que se garanta a segurança, tanto no desenvolvimento da própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, quanto no desenvolvimento da autoestima e da perseverança, na busca de soluções;

fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos, presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las, crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes;

utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas do conhecimento, validando estratégias e resultados;

enfrentar situações-problema, em múltiplos contextos, incluindo-se situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas, e dados);

desenvolver e/ou discutir projetos que abordam, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza;

Interagir, com seus pares, de forma cooperativa, isto é, trabalhar, coletivamente, no planejamento e no desenvolvimento de pesquisas, para responder a questionamentos e buscar soluções de problemas, de modo a identificar aspectos consensuais, ou não, na discussão de uma determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e



aprendendo com eles.

20.2.3. DA ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA

A Área de Ciências da Natureza, no Ensino Fundamental, é composta por 01 (um) único Componente Curricular – Ciências, cuja finalidade é abordar o conhecimento científico, nos aspectos físicos, químicos e biológicos, por meio da investigação da natureza, para interpretar, de forma crítica e analítica, os fenômenos naturais observados, resultantes das relações históricas, sociais e econômicas, visando à formação de sujeitos que atuem como agentes questionadores e transformadores, conscientes de sua responsabilidade frente aos fenômenos naturais.

Do Componente Curricular Ciências

O Componente Curricular Ciências, por meio de um olhar articulado com os diversos campos do saber, precisa assegurar, aos estudantes do Ensino Fundamental, o acesso à diversidade de conhecimentos científicos, produzidos ao longo da história, bem como a aproximação gradativa aos principais processos, práticas e procedimentos da investigação científica..

20.2.4. DA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS

A Área de Ciências Humanas, no Ensino Fundamental, é integrada pelos Componentes Curriculares de Geografia e História e contribui para o desenvolvimento da cognição ancorada na contextualização marcada pelas noções de tempo e espaço.

Do Componente Curricular Geografia

O Componente Curricular Geografia terá, como foco de análise, o espaço geográfico, compreendido como o espaço das interações socioambientais..

O Componente Curricular Geografia, em articulação com as competências gerais da BNCC e as competências específicas da área de Ciências Humanas, deve garantir, aos estudantes, o desenvolvimento de 07 (sete) competências específicas.



Do Componente Curricular História

O Componente Curricular História, no Ensino Fundamental, tem como finalidade estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou a transformar seus hábitos e condutas.

O Componente Curricular História deve garantir aos estudantes o desenvolvimento de 07 (sete) competências específicas:

21. EDUCAÇÃO ESPECIAL

No Instituto Educacional Peter Pan, a educação especial é uma área de extrema importância e cuidado. Reconhecemos a importância de oferecer uma educação inclusiva, que atenda às necessidades de todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou particularidades.

Para promover a inclusão e garantir o acesso igualitário à educação, contamos com uma equipe de profissionais qualificados e especializados em educação especial. Esses profissionais trabalham em conjunto com os demais educadores, buscando identificar as necessidades individuais de cada aluno e desenvolver estratégias pedagógicas adequadas.

Buscamos abordar a educação especial de forma personalizada, levando em consideração as especificidades de cada aluno. Trabalhamos para oferecer adaptações curriculares, recursos e apoios necessários para que todos os estudantes possam participar ativamente das atividades escolares, garantindo seu pleno desenvolvimento acadêmico e social.

Além disso, promovemos um ambiente inclusivo, onde os alunos são estimulados a valorizar e respeitar as diferenças, promovendo a convivência harmoniosa e o fortalecimento dos laços entre os estudantes.

Ademais, nossa instituição procura sempre mantém uma parceria próxima com as famílias dos alunos, buscando envolvê-las no processo educacional e ouvir suas contribuições. Entendemos que a participação ativa das famílias é fundamental para o sucesso da educação especial.



Por meio de formações continuadas e atualizações pedagógicas, nossa equipe busca se manter atualizada em relação às melhores práticas e metodologias no campo da educação especial. Dessa forma, estamos sempre buscando aprimorar nossas práticas e oferecer uma boa qualidade de ensino.

Acreditamos que a inclusão e a valorização da diversidade são pilares fundamentais da educação, e estamos empenhados em proporcionar um ambiente educacional acolhedor e inclusivo para todos os nossos alunos. Nossa instituição está comprometida em assegurar o pleno desenvolvimento e o sucesso acadêmico de cada aluno, valorizando suas potencialidades e oferecendo os recursos necessários para sua aprendizagem e progresso.

22. METODOLOGIA E RECURSOS DIDÁTICOS PRIVILEGIADOS PELA ESCOLA

Metodologia é o caminho, a forma utilizada pelo professor para atingir os objetivos e metas propostos. Ela tem que ser coerente com a concepção pedagógica adotada pela escola, utilizando-se de todos os recursos didático-pedagógicos e tecnológicos que através da interação aluno/aluno, professor/aluno as aprendizagens possam acontecer de forma prazerosa, produtiva e significativa.

A escola constitui a principal e, muitas vezes, a única forma de acesso ao conhecimento sistematizado para a grande maioria dos alunos. Esse dado aumenta a responsabilidade do ensino na sua função de assegurar a todos os alunos a aprendizagem dos conteúdos curriculares capazes de fornecer os instrumentos básicos para a plena inserção na vida social, econômica e cultural.

No desempenho de suas funções de educar, tem por proposta acolher os alunos, buscando construir e utilizar metodologias, estratégias e recursos de ensino que melhor atendam às suas características cognitivas.

A escola, é por excelência, o lugar em que é possível ensinar e cultivar as regras do espaço público que conduzem ao convívio democrático com as diferenças, orientado pelo respeito mútuo e pelo diálogo. Dentre outros procedimentos devem ser utilizados: a observação, a experimentação, a pesquisa, a comparação, a análise, a síntese, o trabalho em grupo, a



memorização compreensiva, a investigação, os jogos, a pesquisa, a pedagogia de projetos, a contextualização dos conteúdos, a transversalidade e o trabalho interdisciplinar.

Os professores devem, também, utilizar procedimentos que coloquem os alunos em contato com a natureza e com todos os espaços pedagógicos da escola, como a biblioteca escolar, a quadra, o refeitório, promovendo, assim, a interação dos alunos uns com os outros.

Quanto aos recursos didáticos, os professores do Instituto Educacional Peter Pan devem reconhecer o seu papel importante no desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem, ter clareza das possibilidades e dos limites que cada um deles apresenta e de como eles podem ser inseridos nas propostas de trabalho.

22.1. ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Os Planos curriculares da Escola serão organizados em consonância com:

- a) As disposições da legislação vigente;
- b) A política educacional do sistema estadual de ensino;
- c) As diretrizes pedagógicas emanadas do órgão competente;
- d) A filosofia e os objetivos da escola.

A carga horária registrada no plano curricular corresponde a todas as atividades a serem cumpridas pela Instituição, de acordo com as normas legais vigentes. A educação ambiental deverá ser ministrada integrada em todas as atividades.

O tratamento metodológico dispensado nos currículos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, atendem às disposições da legislação vigente e às normas pedagógicas estabelecidas pela Instituição. O planejamento curricular enfatizará todos os aspectos do desenvolvimento educando de modo a assegurar a aquisição de conhecimentos, hábitos, atitudes e habilidades necessárias à integração, compreensão das relações sociais e culturais.

No componente curricular LEM – Inglês, a partir de 2020, a Instituição adotará na Educação Infantil no 1º e 2º Períodos e no Ensino Fundamental anos iniciais, o Programa Bilíngue Richmond, a nova metodologia de ensino do conteúdo tem como objetivo o desenvolvimento



das habilidades cognitivas e sociais, onde o Inglês não é estudado de forma isolada, possibilitando assim a aprendizagem de outros conteúdos, além de interagir o aluno às tecnologias pedagógicas como se solicita na BNCC. O responsável do aluno irá adquirir o material didático no portal do Programa, não sendo onerado custos da mensalidade escolar.

Matrícula e transferência

A matrícula vincula o aluno à escola, e o Contrato de Prestação de Serviços o pai ou responsável à parte financeira da Escola. O processamento da matrícula obedece as normas expedidas órgãos superiores.

A matrícula na escola compreende:

- 1) Admissão de alunos novos;
- 2) Renovação de matrícula de alunos já pertencentes ao corpo discente da escola;
- 3) Admissão de alunos por transferência, conforme vacância.
- 4) Serviços especiais de recuperação, reforço, 2ª chamada (sem justificativa legal), monitoria, dependência escolar, adaptação, exames especiais, as atividades de frequência facultativa para o aluno, bem como uniformes, merenda e material didático, uso individual obrigatório, programa bilíngue e demais serviços extracurriculares não fazem parte do valor da mensalidade.

A efetivação da matrícula só ocorre após a apresentação completa de documentos legais exigidos pela legislação em vigor:

- 1 – Certidão de nascimento ou registro civil;
- 2 – Ficha de matrícula para alunos do Ensino Fundamental e Educação Infantil;
- 3 – Histórico escolar de série concluída

A declaração provisória de transferência, terá validade no prazo máximo de 30(trinta) dias.

Serão admitidos à matrícula para ingresso no Ensino Fundamental, alunos com 06(seis) anos completos, conforme legislação vigente, não será negada a matrícula por motivo de crença religiosa, raça, sexo, condição social, política ou por ser portador de necessidades educativas especiais.



A renovação da matrícula na escola é feita mediante o preenchimento de formulário específico e pagamento da taxa estipulada pela direção.

O cancelamento da matrícula ocorrerá:

- 1) Por solicitação dos pais ou responsáveis;
- 2) Desistência ou afastamento do aluno sem a competente comunicação à escola;
- 3) Quando for obtida através de documentos falsos ou decorrentes de comprovação de má fé, pela instituição.

São consideradas em situação de itinerância as crianças e adolescentes pertencentes a diferentes grupos sociais que, por motivos culturais, políticos, econômicos, de saúde, dentre outros, se encontram nessa condição. Podem ser considerados como vivendo em situação de itinerância ciganos, indígenas, povos nômades, trabalhadores itinerantes, acampados, artistas, demais trabalhadores em circos, parques de diversão e teatro mambembe que se autor reconhecem como tal ou sejam assim declarados pelo seu responsável legal.

1 – assegurar ao estudante itinerante matrícula, com permanência e conclusão de estudos, na Educação Básica, respeitando suas necessidades particulares;

2 – proteger o estudante itinerante contra qualquer forma de discriminação que coloque em risco a garantia dos seus direitos fundamentais.

Os estabelecimentos de ensino privados de Educação Básica, por sua vez, deverão assegurar a matrícula desse estudante sem a imposição de qualquer forma de embaraço, pois se trata de direito fundamental. Reconhecendo a complexidade do tema, é preciso, portanto, que haja um conjunto de esforços coletivos para possibilitar que o estudante pertencente a comunidades itinerantes tenha acesso à educação escolar.

3 – quanto às escolas:

a) as escolas que recebem esses estudantes deverão informar a sua presença aos Conselhos Tutelares existentes na região. Estes deverão acompanhar a vida das crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância no que se refere ao respeito, à proteção e à promoção dos seus direitos sociais, sobretudo ao direito humano à educação;



b) as escolas deverão também garantir documentação de matrícula e avaliação periódica mediante expedição imediata de memorial³ e/ou relatório das crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância.

4 – quanto às famílias e/ou responsáveis:

a) caso a família e/ou responsável pelo estudante em situação de itinerância não disponha, no ato da matrícula, de certificado de origem da escola anterior, bem como do memorial e/ou relatório, a criança, adolescente ou jovem deverá ser inserido no grupamento correspondente aos seus pares de idade. Para tal, a escola deverá desenvolver estratégias pedagógicas adequadas às suas necessidades de aprendizagem.

22.2. CALENDÁRIO ESCOLAR

A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com a carga horária mínima anual, distribuída por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, sendo:

Oitocentas horas para o Ensino Fundamental mínimo;

O calendário escolar, respeitadas as normas legais, deve ser anualmente elaborado e discutido pela escola e comunidade escolar, atendendo a legislação vigente, amplamente divulgado, cabendo a SRE supervisionar o cumprimento das atividades nele previstas.

O calendário escolar deve prever, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos e incluir as seguintes datas e programações:

Férias escolares em janeiro;

Início e término do ano escolar;

Início e término do ano letivo;

Recessos escolares;

Feriados;

Dias escolares/planejamento, reuniões e estudos de recuperação;



- VII. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra;
- VIII. O calendário escolar incluirá o dia 25 de novembro como o Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher;
- IX. O calendário escolar incluirá o dia 05 de dezembro como o Dia Internacional do Voluntário;
- X. O cronograma das reuniões ordinárias do Colegiado Escolar;
- XI. O cronograma de reuniões em cumprimento as atividades extraclasse.

Na composição do calendário escolar podem ser incluídos sábados letivos com atividades escolares, conforme as normas vigentes.

Havendo necessidade de compatibilização da programação com eventos ou feriados municipais ou por motivos extraordinários e relevantes, as escolas poderão alterar seus calendários, resguardando o cumprimento da exigência mínima de duzentos dias letivos e da carga horária.

Considera-se dia letivo aquele em que professores e alunos desenvolvem atividades de ensino-aprendizagem, de caráter obrigatório, independentemente do local onde sejam realizadas.

A direção da escola deverá estimular e garantir a frequência dos alunos até o último dia letivo previsto para o fiel cumprimento do calendário escolar.

Considera-se dia escolar aquele em que são realizadas atividades de caráter pedagógico e administrativo, com a presença obrigatória do pessoal docente, técnico e administrativo, podendo incluir a representação de pais e alunos.

É recomendada a abertura da escola nos feriados, finais de semana e férias escolares para atividades educativas e comunitárias, cabendo à direção escolar encontrar formas para garantir o seu funcionamento e observar as vedações da legislação.

22.3. ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO ESCOLAR

É importante pensar no uso do tempo e dos espaços dentro e fora da escola para garantir o direito à aprendizagem de todos e de cada um dos educandos.



É preciso considerar e ampliar os tempos e espaços de ensinar e aprender, para além do tempo presencial na escola!

Para isso, os educadores precisam ter em seus planejamentos uma intencionalidade clara sobre os objetivos de aprendizagem, coerentes com os novos currículos e com as necessidades atuais de educandos e da sociedade.

Então, poderão planejar propostas pedagógicas potencializando o uso do tempo, do espaço, dos materiais e dos equipamentos.

Outro ponto fundamental é pensar nos diferentes agrupamentos para a colaboração nas aprendizagens; afinal, as atividades não precisam ser sempre as mesmas para toda a turma se os níveis das aprendizagens desses educandos são diferentes, não é?

Algumas propostas pedagógicas são mais potentes de serem realizadas com a mediação presencial do professor, outras podem ser promovidas de forma remota, com o estudo individual, em parceria com familiares, em duplas ou, ainda, em grupos de educandos. O uso da tecnologia também potencializa algumas aprendizagens que não são proporcionadas sem essas ferramentas, como aquelas relacionadas à competência de Cultura Digital da BNCC.

Fica bastante evidente na atualidade que a articulação de atividades pedagógicas presenciais e não presenciais requer planejamento, assim como a potencialização do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para o ensino.

O aprimoramento contínuo das práticas de ensino é essencial para que a escola atual contribua com o educando e com a sociedade contemporânea.

É necessário colocar em discussão, com todos os educadores, os novos tempos e espaços de ensinar e aprender, considerando que a implementação dos currículos também requer planejamentos pedagógicos que contemplem essas mudanças.

Isso não é tarefa fácil, pois as discussões precisam romper com paradigmas tradicionais do uso controlado do tempo e do espaço de ensinar e aprender na escola e mesmo de agrupamentos fixos.

Há, ainda, que se perguntar sobre o que é necessário aprender hoje, para esta sociedade que temos e que queremos, bem como sobre as estratégias que possam tornar essa aprendizagem mais significativa.



23. FORMAS DE ENTURMAÇÃO

As estratégias de acolhimento podem partir de ações simples como um atendimento atencioso, rodas de conversa ou espaços criados para que a comunidade escolar se sinta livre para falar sobre seus sentimentos. Enturmação de alunos é uma forma de organizar os alunos em turmas escolares de acordo com características relacionadas ao seu processo de aprendizado e com algum propósito educacional.

A Enturmação no Instituto Educacional Peter Pan é um processo de gestão pedagógica que compreende a organização dos estudantes nas turmas, sendo de responsabilidade exclusiva da Secretaria, da Coordenação e do Corpo Docente, que buscam sempre conciliar as demandas e as necessidades observadas no cotidiano escolar.

Ressaltamos que há grande interesse dos educadores da Escola em promover a melhor adaptação dos estudantes na sala de aula e, por isso, reforçamos a necessidade de apoio e compreensão por parte das famílias e dos estudantes nesse processo.

A ENTURMAÇÃO será efetivada de acordo com os seguintes critérios institucionais e pedagógicos:

- 1- Turmas heterogêneas, com equilíbrio do número de estudantes em sala, considerando os aspectos: rendimento escolar (variação da média geral de desempenho escolar), tempo escolar (novatos/veteranos), sexo (feminino/ masculino) e acompanhamentos específicos ocorridos no ano anterior.
- 2- Disciplina comportamental dos estudantes acompanhados pelos Coordenadores e encaminhamentos pedagógicos tratados na trajetória escolar de cada estudante.
- 3- Acompanhamento do desenvolvimento individual dos estudantes feito pelo Serviço de Orientação Educacional durante o ano letivo vigente.



24. ACOMPANHAMENTO DA FREQUÊNCIA

A frequência dos alunos é um fator crucial para o seu sucesso acadêmico e bem-estar geral. Consciente disso, nossa instituição adota um rigoroso sistema de acompanhamento das frequências escolares, com o objetivo de garantir que cada aluno esteja presente e engajado em suas atividades educacionais.

No dia a dia, a responsabilidade de registrar a frequência recai sobre os professores regentes, que registram a presença ou ausência de cada aluno em seus respectivos diários de classe. Esse processo ocorre diariamente, permitindo um monitoramento constante das presenças e ausências.

Quando um aluno acumula mais de três faltas consecutivas, o(a) professor(a) responsável informar imediatamente a pedagoga e secretaria da escola. A secretaria, por sua vez, entra em contato com os responsáveis legais do aluno para obter informações sobre o motivo das faltas. Essa abordagem visa identificar possíveis problemas ou dificuldades que estejam impactando a frequência do aluno, permitindo ações de apoio e intervenção adequadas, caso necessário.

É importante ressaltar que, caso as faltas sejam consecutivas e sem justificativa, o conselho tutelar é prontamente comunicado. Essa medida busca proteger o direito à educação de cada aluno, garantindo que nenhuma ausência prolongada e injustificada afete negativamente seu desenvolvimento escolar.

No entanto, compreendemos que imprevistos acontecem e que, em alguns casos, as faltas são justificadas por atestados médicos. Quando isso ocorre, a instituição adota medidas para garantir que o aluno ausente possa recuperar o conteúdo perdido. As atividades realizadas durante o período de ausência são reaplicadas posteriormente, assegurando que o aluno tenha a oportunidade de recuperar o conteúdo.

Em suma, a instituição adota um sistema de registro diário das frequências, comunica-se com os responsáveis em casos de faltas consecutivas, envolve o conselho tutelar quando necessário e oferece medidas de recuperação dos conteúdos no período das faltas justificadas. Por meio dessas práticas, buscamos promover a frequência regular dos alunos, prezando pelo seu sucesso acadêmico e bem-estar educacional.

25. ESCOLHA E UTILIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO E MATERIAIS PEDAGÓGICOS

O material didático escolhido é o Moderna Compartilha para as disciplinas Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, para a disciplina Inglesa o material utilizado escolhido é o material da Editora Richmond.

O projeto Moderna Compartilha é um projeto completo para a transformação da escola baseada no desenvolvimento contínuo, em novas metodologias, em espaços plenos de aprendizagem e na projeção na comunidade escolar. Plataforma Compartilha, a plataforma de Gestão de Ensino e Aprendizagem traz um novo benefício para a sua escola: um ambiente personalizável com o logo da instituição e intuitivo, com todas as ferramentas e recursos Compartilha disponíveis para a comunidade escolar. O Material Didático Compartilha integra qualidade editorial a plataformas e ferramentas digitais para facilitar a implantação do ensino híbrido e potencializar seus resultados desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Conteúdos que apoiam a educação integral, o desenvolvimento cognitivo e socioemocional e a cultura digital para favorecer o multiletramento e potencializar a aprendizagem. Promove o aprendizado em uma rede de conexões e significados, respeitando as necessidades de cada disciplina, para transformar informação em conhecimento contextualizado.

Richmond Solution é uma solução educacional inovadora, que tem o propósito, junto com as escolas, de desenvolver e fortalecer os processos de transformação do ensino de inglês. oferece às escolas um ecossistema baseado em modelos ativos de gestão e ensino da língua inglesa, dentro e fora da sala de aula, no qual o aluno está no centro do processo.

Com a ajuda desse foco estratégico baseado em evidências de aprendizagem, apoiamos as escolas em sua transformação educacional desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

Richmond Solution está na vanguarda em vivência digital, oferecendo uma variedade de ferramentas didáticas de ensino híbrido com uma plataforma exclusiva – a Richmond Learning Platform – e um poderoso programa de leitura. Além da certificação internacional que acontece em momentos pontuais ao longo da jornada de aprendizagem, a metodologia de Richmond Solution contempla avaliações sistemáticas e constantes. Richmond Solution conta com um



programa sólido de certificações que atendem às necessidades e ao contexto de cada escola, com certificações para docentes e alunos que comprovam concretamente o nível de aprendizagem alcançado (sem custo adicional para as famílias).

26. UTILIZAÇÃO DA BIBLIOTECA

A biblioteca terá a finalidade de fornecer os elementos necessários à realização e enriquecimento dos trabalhos pedagógicos, consultas e pesquisas. A Biblioteca da escola atende a alunos, professores e funcionários, de acordo com as especificidades de cada segmento, sob a responsabilidade de um(a) Coordenador(a) ou um(a) bibliotecário(a) (caso a escola tenha biblioteca e bibliotecário) e demais funcionários do setor, no desenvolvimento de suas atividades literárias e culturais.

Na biblioteca organizará, durante o ano letivo, momentos sistemáticos de atividades literárias e culturais, por meio das diversas manifestações culturais das linguagens das diversas ciências.

Compete ao Bibliotecário ou Mediador de Leitura:

Reunir periodicamente com os professores para definir as atividades articuladoras que poderão acontecer na Biblioteca Escolar;

Apropriar do “acervo” da biblioteca da sua escola assim como participar do processo de seleção de obras;

Apropriar-se das técnicas de gerenciamento e administração da Biblioteca Escolar.

Promover boas práticas e intercâmbio entre escolas para troca de experiência.

Proporcionar aos estudantes oportunidades para que tomem conhecimento da organização dos materiais na biblioteca e aprendam a seguir rotinas de empréstimo.

Orientar os professores para que estimulem os estudantes a tirarem o máximo de aproveitamento da Biblioteca Escolar.

Zelar para que o ambiente físico da Biblioteca Escolar seja um lugar agradável, convidativo, informal e de fácil acesso aos seus usuários.



Disponibilizar os livros e jogos pedagógicos para atividades lúdicas, em estantes, de forma a permitir aos estudantes e professores fácil manuseio.

Construir na Biblioteca, se possível, um cantinho descontraído com tapetes (simples e lavável), almofada, cestos com livros, para ser utilizado pelos estudantes.

Utilizar cartazes, folders, orientando sobre a maneira correta de se utilizar os livros e outros materiais da Biblioteca Escolar, fazendo assim conhecer suas normas.

Elaborar um mural, com recortes interessantes e recados informativos para os estudantes.

Elaborar, com a participação da Direção da escola, especialistas, professores e estudantes, o regimento interno com as normas de funcionamento da Biblioteca Escolar.

Registrar, classificar e catalogar os livros e o material da biblioteca Escolar, para facilitar o seu uso.

Incentivar o empréstimo e a consulta dos materiais da Biblioteca Escolar.

Participar de reuniões pedagógicas da escola com os Especialistas e professores, para discutir e planejar ações a serem desenvolvidas em coparticipação com a Biblioteca Escolar.

Promover e participar dos projetos de incentivo à leitura da escola como Clube de leitura, intercâmbio de leitores, encontro com autores, escritores, jovens escritores (coletivos e individuais), piquenique literário, quiosque de leitura;

Planejar e organizar atividades para serem realizadas na Biblioteca, interligando-as com aquelas desenvolvidas em sala de aula.

Organizar as atividades de leitura, a serem desenvolvidas com todas as turmas, tendo como prioridade “formar leitores” uma vez que o ato de ler é uma prática pedagógica que deve permear todas os componentes curriculares.

Divulgar, por meio de convites, cartazes, reuniões e etc., as novas aquisições do acervo da Biblioteca.



27. UTILIZAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE CIÊNCIAS E DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA

O laboratório de Ciências e Biologia tem por finalidade, fornecer ao educando os elementos necessários para a realização de experiências e pesquisas científicas em ambiente adequado.

Os laboratórios constituem – se em salas ambientes, tendo por objetivo fornecer ao aluno condições de experimentar e ampliar seu conhecimento. As atividades realizadas em laboratório ficarão sob a responsabilidade do professor, nos termos de regulamentos específicos. Os regulamentos serão elaborados pelo professor e pedagogo da escola e aprovado pela direção escolar.

As atividades realizadas nos laboratórios visam ampliar os conhecimentos dos alunos sobre os assuntos abordados no currículo escolar. Nos laboratórios, são realizados experimentos, observações e análises, oferecendo assim aos alunos a oportunidade de explorar e compreender os princípios fundamentais de diversas áreas do conhecimento, como ciências, química, física e biologia, entre outras disciplinas. Dessa forma, os alunos têm a oportunidade de colocar em prática os conceitos e teorias aprendidos, consolidando seu conhecimento por meio de experiências concretas.

A Informática Educativa terá como finalidade inserir na escola uma nova visão do mundo, procurando a reconstrução do conhecimento diante das transformações sociais e face à globalização e inovações tecnocientíficas.

São espaços nos quais a tecnologia é utilizada como instrumento de apoio às áreas do conhecimento e seus componentes curriculares, bem como a preparação dos alunos para uma sociedade informatizada não circunscrita ao equipamento como apenas uma ferramenta. O computador deve estar inserido em atividades essenciais. A Informática na escola passa a ser parte da resposta a questões ligadas à cidadania, buscando a compreensão do conhecimento como um todo integrado, a construção de um cosmo visão que permite a percepção totalizante da realidade. O objetivo é que o aluno aprenda utilizando as tecnologias como ferramentas que o apoiem no processo de reflexão e de construção do conhecimento, como estratégia cognitiva de aprendizagem.



28. PLANOS DE ENSINO, PLANOS DE AULA, PLANO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Os Planos de Ensino são elaborados com o objetivo de direcionar as práticas pedagógicas ao longo do ano letivo, garantindo a análise com os Planos de Cursos do Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Eles são construídos pelos professores, com a participação ativa dos especialistas em educação, considerando a realidade e as necessidades da escola.

A elaboração dos Planos de Ensino é um processo colaborativo, no qual os professores, juntamente da equipe pedagógica, analisam as estimativas diagnósticas, tanto internas quanto externas, para identificar as habilidades e competências que precisam ser desenvolvidas pelos alunos.

Os Planos de Ensino fornecem uma visão geral do que será trabalhado ao longo do ano, permitindo que os professores planejem suas aulas e atividades. Eles podem abranger diferentes áreas do conhecimento, disciplinas específicas ou projetos interdisciplinares, dependendo da proposta educacional da escola.

No acompanhamento do atendimento ao CRMG e à BNCC, é fundamental que a escola estabeleça controle de seleção e monitoramento contínuo. Isso pode incluir a análise regular dos Planos de Ensino pelos coordenadores pedagógicos, a observação de aulas pelos gestores e realização de reuniões periódicas para discutir o andamento das atividades e possíveis ajustes necessários.

Além dos Planos de Ensino, é necessário mencionar os Planos de Aula, que são elaborados pelos professores de forma mais detalhada. Os Planos de Aula descrevem as estratégias específicas que serão utilizadas para alcançar os objetivos de aprendizagem realizados nos Planos de Ensino. Eles incluem o conteúdo a ser desenvolvido, os recursos didáticos a serem utilizados, as atividades propostas, as estratégias de ensino e as formas de avaliação.

No que diz respeito ao Plano de Intervenção Pedagógica, sua estruturação pode variar de acordo com a realidade e conforme as necessidades da escola. No entanto, geralmente envolve a identificação de alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e planejamento de ações específicas para atender às suas necessidades.



As ações de intervenção pedagógica podem incluir a criação de grupos de reforço, atividades de recuperação paralela, tutorias individualizadas, progressão curriculares, entre outras estratégias. O objetivo é oferecer suporte personalizado aos alunos que tiveram atenção extra, a fim de promover seu desenvolvimento acadêmico e garantir uma aprendizagem efetiva.

É importante ressaltar que as estratégias utilizadas nas ações de intervenção pedagógica devem ser experimentadas em evidências científicas e adaptadas às características individuais dos alunos.

28.1. METODOLOGIA

Para se alcançar uma transformação pedagógica, inúmeros fatores são apontados como necessários. Alguns deles estão diretamente relacionados com os valores/objetivos da instituição e com as condições administrativas e organizacionais que ela oferece ao seu corpo docente e discente. Outros, igualmente importantes, estão intimamente ligados ao educador: formação e competência, valores, ideologias e compromisso, consubstanciados em sólida base teórico-metodológica, que irá apoiar e fundamentar o seu trabalho, orientá-lo na sua intencionalidade, desafios e contradições presentes no cotidiano escolar.

A análise crítica das práticas educativas por nós exercidas constituiu o carro-chefe do movimento de renovação que aqui se expressa. Diferentes abordagens sobre o processo ensino/aprendizagem foram devidamente consideradas, tanto no que se refere às suas filiações epistemológicas, quanto aos seus desdobramentos na sala de aula.

De acordo com a proposta desenvolvida neste roteiro, o currículo deverá: ser flexível em relação aos conceitos e resignificação dos conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos; possibilitar vivências significativas; contribuir para que todos assumam seu papel no processo histórico; contemplar atividades interativas, criativas e transdisciplinares, fundamentadas na ética e na preocupação com o ser humano, numa ação contextualizada, promover uma educação voltada para a cooperação, integração, participação e comprometimento de todos os envolvidos neste processo.

O ensino é baseado no “aprender a aprender”, no ensino e no erro, na pesquisa, na investigação, na descoberta e na solução de problemas por parte do aluno.



A aprendizagem deve acontecer a partir do raciocínio, da conscientização e não, da memorização, da formação de hábitos que constituem a fixação de uma forma de ação, sem reversibilidade, nem associatividade. Dessa forma, necessitamos de uma proposta de ensino/aprendizagem que contemple: o exercício da cidadania; a construção da autonomia; a apropriação da linguagem; sistemas articulados por códigos e processos de comunicação; o tratamento da informação; a conscientização ecológica; o acolhimento às diferenças; o desenvolvimento de competências básicas. No componente curricular LEM – Inglês, a partir de 2020, a Instituição adotará na Educação Infantil no 1º e 2º Períodos e no Ensino Fundamental anos iniciais, o Programa Bilíngue Richmond, a nova metodologia de ensino do conteúdo tem como objetivo o desenvolvimento das habilidades cognitivas e sociais, onde o Inglês não é estudado de forma isolada, possibilitando assim a aprendizagem de outros conteúdos, além de interagir o aluno às tecnologias pedagógicas como se solicita na BNCC. O responsável do aluno irá adquirir o material didático no portal do Programa, não sendo onerado custos da mensalidade escolar.

28.2. AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM

A verificação do rendimento escolar terá por finalidade diagnosticar o desempenho do aluno, a fim de programar ações educativas subsequentes.

A avaliação da aprendizagem é, antes de mais nada, uma questão política, intimamente relacionada às finalidades do projeto educativo da escola. Não pode, pois, ser concebida de forma isolada, uma vez que reflete uma concepção de homem, de educação e de sociedade.

Concepções de avaliação relacionam-se com concepções de ensino e de aprendizagem e com concepções de relações sociais. Repensar a avaliação implica necessariamente uma reflexão crítica acerca da prática pedagógica, da escola e de sua função social.

Avaliar significa *determinar o valor, estimar o merecimento, ajuizar*. Ora, só é possível determinar o valor de alguma coisa se a colocamos em relação com outra, tomada como contrapeso, como critério de medida. Não há como avaliar sem ter referenciais claros, pois um mesmo resultado ou processo podem ser considerados de forma diferente segundo o ponto de vista adotado no julgamento. O ato de avaliar, de atribuir valor a alguma coisa, não



pode também limitar-se, como frequentemente tem ocorrido na escola, à verificação da aprendizagem de conteúdos por meio de provas e notas. Embora tais instrumentos possam ser parte do processo, a avaliação tem um significado mais amplo, uma vez que envolve a formação de juízos e a apreciação de aspectos qualitativos dificilmente representáveis numa escala numérica. A escola não pode eximir-se de apreciar, de forma apropriada, o desenvolvimento integral do educando, ou seja, seu crescimento afetivo, social e ético. Além disso, se pretende formar sujeitos autônomos, críticos e criativos, tem também de perceber o aluno como sujeito avaliador, e não apenas como objeto a ser avaliado. É importante ainda considerar que não se pode avaliar a aprendizagem, sem avaliar o ensino e sem considerar a relação entre ambos, pois o desenvolvimento do aluno está ligado à prática do professor e às condições oferecidas pela escola. Se buscamos uma escola que não seja uma preparação para a vida, mas que seja ela mesma uma rica experiência de vida, se buscamos uma escola que não seja reprodutora dos modelos sociais discriminatórios, mas promotora do desenvolvimento integral de todos os alunos, temos de repensar a avaliação. A sala de aula é um microcosmo social: a maneira como a organizamos, o que fazemos valer nas relações das pessoas com o conhecimento, nas relações das pessoas consigo mesmas, com seus pares e com o professor, serão as formas de viver que o aluno, como sujeito social, apreenderá como válidas.

A avaliação deixa de associar-se ao momento especial das provas e essas deixam de ser compreendidas como o único instrumento para gerar notas. As notas ou conceitos, por sua vez, passam a ser compreendidas como representações globais do complexo processo de desenvolvimento do aluno sem equivalência direta com a contagem metódica e enganosamente objetiva de pontos atribuídos a questões de provas. Ganha relevância a avaliação contínua por meio de instrumentos diversificados, o uso de instrumentos descritivos e a avaliação qualitativa, a fim de que os dados recolhidos possam retratar a situação do aluno, o seu próprio trabalho e a adequação das providências institucionais.

Para obtermos um melhor desempenho dos nossos alunos reorganizamos nosso sistema avaliativo.

Os resultados da avaliação do aproveitamento do aluno nos conteúdos da Base Nacional Comum, são registrados em pontos na escala de 0 (zero) a 100 (cem), distribuídos nos 3 (três) trimestres. A escala de pontos será distribuída nos quatro bimestres da seguinte forma:



1º ao 5º ano – Nota:

- a) 1º Trimestre : 30 pontos;
- b) 2º Trimestre : 35 pontos;
- c) 3º Trimestre : 35 pontos;

Nas disciplinas Arte e Educação Física, o aproveitamento será registrado em conceitos:

- 1 – Ótimo,
- 2 – Muito Bom,
- 3 – Bom

Os resultados da avaliação de aproveitamento serão comunicados aos responsáveis e ao próprio aluno, através de instrumento adequado a este fim, ao final de cada bimestre. Será fornecido ao aluno revisão de provas, quando necessária pelo prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento do resultado.

29. DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA APRENDIZAGEM

O Projeto Político Pedagógico deve conter a realidade escolar e, neste sentido, as ações realizadas para garantia da inclusão e a qualidade da educação para todos os estudantes.

Assim, ações nestes âmbitos devem compor o currículo escolar de maneira a promover o desenvolvimento e o conhecimento aprofundado dos estudantes, o que só será possível com a realização de ações efetivas nas escolas para a reflexão histórica e científica sobre estas temáticas que se mostram tão importantes para o exercício da cidadania e para a proposição de ações efetivas de melhoria para sociedade.

Ações que são desenvolvidas pelo Colégio em conformidade com a Lei 23366 que institui a promoção da paz nos estabelecimentos de ensino.

A violência tem se agravado de diversas formas nos dias de hoje, nos deparamos com diversas evidências umas sutis outras mais graves, essas violências não é somente episódios



com armas, mas também agressões físicas e casos de abuso, existem também as violências simbólicas que é o caso do bullying, os episódios de racismo entre outros.

Sabemos que a função da escola não é só se preocupar com o aprendizado dos alunos, vai muito além, ela prepara o aluno para o convívio social, preocupados com essa situação esta instituição de ensino de educação infantil trabalha o resgate e a conscientização dos valores éticos, morais e familiares de modo que a criança possa entender que deve tratar o outro com respeito, empatia ao próximo, prevalecendo honestidade, responsabilidade, tolerância e humildade. Conscientizando as crianças desde muito cedo sobre seus direitos e deveres e que toda ação seja ela positiva ou não tem uma consequência.

considera-se violência na escola:

- 1 - o uso de força física ou de intimidação moral por parte de membro da comunidade escolar como um ato de subjugação de outro membro da comunidade;
- 2 - a prática de ato que cause danos a bem de membro da comunidade escolar ou ao patrimônio escolar;
- 3 - a prática do bullying, entendido como a ação realizada de modo intencional e repetitivo, por meio eletrônico ou presencialmente, com o objetivo de intimidar ou agredir a vítima, causando-lhe dor ou angústia.

Promover ações que objetivam a paz na escola:

- 1 - prevenir e enfrentar as condições geradoras de violência na escola;
- 2 - fortalecer o papel social da escola na promoção da paz, da cidadania, da solidariedade, da tolerância e do respeito ao pluralismo e à diversidade étnica e cultural;
- 3 - fortalecer a escola como espaço de reflexão e de resolução de conflitos por meio do diálogo;
- 4 - preservar o patrimônio material das escolas.
- 5 - reconhecimento da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, como marco jurídico da garantia de direitos e da promoção de responsabilidades de crianças e adolescentes;
- 6 - compartilhamento de responsabilidades entre os órgãos executivos da política de educação e a Polícia Civil, a Polícia Militar, os Conselhos Tutelares, a Defensoria Pública, o Ministério Público e o Poder Judiciário;
- 7 - integração entre a comunidade escolar e as organizações da sociedade civil na formulação,



na execução e no acompanhamento das medidas decorrentes da política de que trata esta lei;

8 - garantia da participação das agremiações estudantis na formulação, na execução e no acompanhamento das medidas decorrentes da política de que trata esta lei;

9 - adoção dos princípios e das práticas da mediação de conflitos e da justiça restaurativa no enfrentamento cotidiano da violência na escola;

10 - valorização da cultura do jovem e do protagonismo juvenil no cotidiano escolar;

- garantia de apoio logístico, na forma de regulamento, aos conselhos de segurança escolar e comunitária.

Ações para promoção da paz na escola:

1- realização de pesquisas e diagnósticos sobre as condições geradoras de violência na escola, com a colaboração de entidades e especialistas;

2 - implementação de plano de prevenção e enfrentamento à violência na escola,

3 - atendimento social e psicológico aos membros da comunidade escolar envolvidos em casos de violência na escola,

4 - inclusão, no projeto político-pedagógico, de plano de promoção da paz na escola, para a consecução dos objetivos da política de que trata esta lei;

5- instituição, no regimento escolar, de normas de convivência que explicitem direitos e deveres dos membros da comunidade escolar e procedimentos a serem adotados em caso de violência na escola, observada a Lei nº 22.623, de 2017;

6 - registro dos casos de violência na escola, com informações sobre as providências adotadas e o monitoramento dos resultados, sem prejuízo do disposto no inciso VI do art. 3º da Lei nº 22.623, de 2017;

7 - organização de ações educativas, culturais, sociais e esportivas que valorizem o papel da família na formação de crianças e jovens e reforcem os vínculos entre a escola e a comunidade.

* O ato de reconhecimento de curso de ensino fundamental e médio oferecido por estabelecimento privado de ensino, ou sua renovação, fica condicionado ao cumprimento do disposto nos incisos I a III do caput deste artigo.

* O registro de que trata o item 3 do caput será disponibilizado aos membros da comunidade escolar, à Secretaria de Estado de Educação e à Superintendência Regional de Ensino, na forma de regulamento.

30. Ações de combate ao Bullying e do Cyberbullying nos termos da Lei 13.185/2015/2019

Constituem objetivos do Programa de combate ao bullying e cyberbullying:

- 1**- prevenir e combater a prática da intimidação sistemática (bullying) em toda a sociedade;
- 2**- capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema;
- 3**- implementar e disseminar campanhas de educação, conscientização e informação;
- 4**- instituir práticas de conduta e orientação de pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores;
- 5**- dar assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores;
- 6**- integrar os meios de comunicação de massa com as escolas e a sociedade, como forma de identificação e conscientização do problema e forma de preveni-lo e combatê-lo;
- 7**- promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua;
- 8**- evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança de comportamento hostil;
- 9**- promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática (bullying), ou constrangimento físico e psicológico, cometidas por alunos, professores e outros profissionais integrantes de escola e de comunidade escolar.



31. FUNDAMENTOS GESTÃO DEMOCRÁTICA, PARTICIPATIVA COMPARTILHADA

Nesse contexto, saiba que é fundamental garantir a igualdade, a liberdade, a participação, a transparência, a divisão de responsabilidades e a descentralização das decisões. Ao respeitar todos os princípios mencionados, a gestão consegue alcançar resultados satisfatórios. A comunicação escolar é essencial para o relacionamento entre todas as partes da comunidade escolar, além de otimizar os processos da escola, trazendo melhorias para os colaboradores, alunos e famílias.

É possível melhorar o diálogo e a troca de informações entre a escola e a comunidade com empatia e assertividade.

Comunicação escolar com os colaboradores

A comunicação escolar com os colaboradores tem o objetivo de informar, dialogar e trocar conhecimentos com os professores e demais agentes escolares, bem como criar uma boa relação entre todos.

Dessa forma, é possível alinhar as expectativas, definir métodos de trabalho em equipe, identificar dificuldades, discutir melhorias, ouvir os colaboradores e criar uma gestão democrática com a participação de todos.

Além de promover reuniões periódicas para se comunicar com os colaboradores, o gestor deve manter a equipe sempre informada sobre os processos da escola e criar um canal de comunicação aberto para ouvi-los, sem precisar esperar pela reunião.

Comunicação escolar com os alunos

A comunicação escolar precisa informar tudo sobre o processo de ensino e aprendizagem que envolve os alunos, como o calendário escolar, a ementa, a grade curricular, as datas das avaliações e toda a programação que eles irão participar.

Qualquer alteração deve ser comunicada aos alunos, para que esses possam se adequar e não prejudicar os estudos, explicando as tomadas de decisão e orientando sobre como proceder com as novidades.



Além disso, é essencial ouvir os alunos e compreender suas dificuldades e insatisfações, bem como colher sugestões de melhorias para desenvolver cada vez mais uma educação de qualidade e um ambiente positivo para os aprendizes.

Para se comunicar de maneira eficaz com os alunos, é essencial se conectar com a realidade deles, utilizando uma linguagem que eles possam compreender e que os aproxime da escola.

Comunicação escolar com as famílias

Dialogar com as famílias é fundamental na comunicação escolar, essa relação permite a participação dos pais e responsáveis na vida escolar dos alunos, melhorando o desempenho em sala de aula.

Quando as famílias sabem o que ocorre na escola, fica mais fácil para elas acompanhá-los e ajudá-los, identificando dificuldades e comunicando-as aos professores para buscar soluções.

A escola também pode ouvir os pais e responsáveis e compreender as necessidades e expectativas das famílias com relação ao ensino oferecido, ajudando a melhorar os processos.

Portanto, é essencial manter um canal de comunicação aberto, manter as famílias informadas sobre o que ocorre na escola, realizar reuniões periódicas e promover eventos.

Como criar uma comunicação escolar assertiva?

A comunicação escolar assertiva possibilita a compreensão total do que é comunicado, isto é, com objetividade e que não gere dúvidas em quem está recebendo a mensagem.

O diálogo e a troca de informações precisam ser empáticos e humanizados, com uma linguagem adequada para cada público, sabendo ouvir além de falar, para garantir que o outro compreendeu.

Além disso, é preciso dominar o tema da mensagem para evitar erros, prezar pela ausência de ruídos e conhecer bem o público, para ser coerente com seu perfil, suas necessidades e sua disponibilidade.

Algumas atitudes que otimizam a comunicação escolar e a tornam mais assertiva incluem:

Ser transparente



Compartilhar com a comunidade escolar as tomadas de decisão e como elas impactarão na vida de todos é fundamental para estabelecer uma boa comunicação escolar, bem como informar sobre tudo o que ocorre na escola.

Estimular a participação de todos

Interagir com os colaboradores, famílias e alunos e sempre convidá-los para participar das reuniões e eventos são medidas que ajudam a criar uma maior conexão e uma relação de confiança.

Disponibilizar diferentes canais de comunicação

Disponibilize diferentes canais de comunicação para a comunidade escolar entrar em contato com a escola, seja para se informar ou para tirar dúvidas. Pode ser através do atendimento presencial, e-mail, WhatsApp, aplicativo próprio, telefone, entre outros.

Compartilhar documentos importantes

Disponibilize documentos importantes, como o calendário escolar, o regimento interno e o projeto político-pedagógico; dessa forma, todos têm acesso às principais informações da escola, o que ajuda a evitar equívocos e conflitos.

Atendimento humanizado

O atendimento humanizado favorece a comunicação escolar assertiva, pois acolhe a pessoa com quem está conversando e tem empatia ao se comunicar, ou seja, ouve com atenção e compreende o que está sendo dito, buscando maneiras de atender à reivindicação.

Gestão democrática

Estimule a participação da comunidade escolar na gestão, discutindo sobre as tomadas de decisão, identificando problemas e traçando estratégias em conjunto.

Criar uma ouvidoria na escola

A ouvidoria na escola serve para intermediar as relações entre a instituição e a comunidade escolar, promovendo uma comunicação de qualidade e o fortalecimento do vínculo.

É um canal de comunicação interno e externo, destinado a receber feedbacks, sugestões, críticas, denúncias, por parte dos alunos, famílias e colaboradores. Dessa forma, a escola



pode rever e melhorar seus processos, a fim de buscar soluções para resolver os problemas relatados na ouvidoria.

Realizar pesquisa de satisfação

Aplicar pesquisas de satisfação na escola é uma maneira de saber a opinião da comunidade escolar, se estão satisfeitos ou se tem alguma crítica com o trabalho oferecido, possibilitando rever e melhorar suas práticas.

Essa ferramenta pode melhorar muito a comunicação escolar, ela aproxima as famílias, alunos e colaboradores, pois se sentem ouvidos e tem suas opiniões consideradas.

Essas ações ajudam a tornar a comunicação escolar mais assertiva, pois buscam estabelecer uma boa relação com a comunidade e promovem espaço para o diálogo, garantindo a total compreensão das informações.

Quais as vantagens de ter uma comunicação assertiva?

O gestor adquire maior confiança no seu trabalho quando se comunica de maneira assertiva, e tanto os colaboradores quanto com as famílias e alunos sentem-se seguros e sabem que podem compartilhar suas dificuldades e opiniões para construir juntos uma educação melhor.

Entre as principais vantagens de adotar uma comunicação escolar assertiva estão:

Reduz ruídos na troca de informações importantes;

Evita conflitos;

Colaboradores alinhados à proposta da escola;

Todos os membros da comunidade escolar compreendem seus direitos, deveres e compromissos dentro da escola;

Os alunos, famílias e colaboradores são ouvidos e podem ter suas dificuldades solucionadas;

Prevenção e redução da inadimplência;

Maior participação da comunidade escolar;

Parceria com a família.

Como ser empático na comunicação escolar?

Comunicação empática consiste em se comunicar com empatia, ou seja, a habilidade de se colocar no lugar do outro e tentar compreendê-lo. Envolve prestar atenção no que é falado, escutar ativamente, demonstrar interesse e não julgar.

A empatia permite perceber e interpretar as emoções das outras pessoas, ao se imaginar no lugar delas, pensando como agiria ou se sentiria naquela situação, podendo adaptar seu discurso de modo assertivo para compreender e ser compreendido.

Existem três categorias que embasam a comunicação empática:

Empatia afetiva: habilidade de fornecer respostas apropriadas às emoções do outro, pois preocupa-se com o seu bem-estar.

Empatia somática: capacidade de sentir o que a outra pessoa sente, permite acessar o desconforto ou sofrimento alheio.

Empatia cognitiva: habilidade de perceber e compreender as emoções de alguém que se encontra em determinada situação e precisa de ajuda, mesmo sem ela pedir, permitindo tomar decisões que beneficiem a todos, bem como prevenir e atenuar o sofrimento.

Desse modo, a comunicação empática é uma forma de se comunicar considerando os sentimentos, emoções e opiniões alheias, tornando muito mais produtiva a conversa.

32. RELACIONAMENTO DA ESCOLA COM A COMUNIDADE

A relação entre escola e famílias abarca todos os espaços da instituição de ensino: salas de aula, refeitório, portão de entrada, secretaria. Nessa perspectiva, todos os funcionários, docentes e não docentes, são também responsáveis pelo estabelecimento desse relacionamento. Por isso, é fundamental a escola conhecer e caracterizar sua comunidade. É a partir dessa caracterização que ela se reconhece, avalia e elenca suas necessidades, construindo uma identidade coletiva e representativa.

É papel da gestão escolar, com apoio da equipe pedagógica, reunir informações acerca de seu entorno e das famílias de seus alunos. Esses dados podem ser capturados nas fichas de



matrícula ou em outros instrumentos, como questionários complementares e em entrevistas que organizem informações sobre renda, escolaridade e profissão dos pais, cidade de origem, entre outras.

A coleta dessas referências permitirá o pleno conhecimento dos contextos familiares dos estudantes e, de posse delas, a escola poderá pensar na melhor maneira de desenvolver ações, projetos político-pedagógicos e institucionais, bem como estabelecer parcerias de modo dialogado com as famílias.

Afinal, muitas ações da escola podem ter boas intenções, mas correm o risco de afastar as famílias por não atender a suas expectativas – as quais, muitas vezes, não foram antecipadas pela equipe escolar.

A escola é um direito da comunidade e está a serviço das famílias que a compõem; não é um privilégio ou um favor prestado à comunidade.

No processo de construção coletiva da identidade da instituição e do vínculo com sua comunidade, o gestor, deve ficar atento ao modo como a escola se relaciona com as famílias dos alunos, seja nas reuniões de pais, no funcionamento do conselho escolar ou mesmo em eventos.

Esse olhar possibilitará não só realizar uma avaliação coletiva acerca de como acontece essa parceria e do que se espera construir no futuro, mas também qualificar as ações de valorização das famílias na escola.

33. A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O MODO COMO OCORRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.

Percurso Escolar - Ao aluno com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação são assegurados o acesso, a permanência, o percurso com qualidade do ensino e a aprendizagem, bem como a continuidade e conclusão nos níveis mais elevados de ensino. O percurso escolar garante ao aluno o trânsito pelas etapas e níveis referentes à forma de organização da escolaridade do sistema de ensino. A escola deve reconhecer e valorizar as experiências do aluno, suas habilidades, suas diferenças e atender



às suas necessidades educacionais especiais sem perder de vista a consecução dos objetivos educacionais a que ele tem direito.

Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) - O Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) é o instrumento obrigatório para o acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Deve ser elaborado, desde o início da vida escolar do aluno, por todos os profissionais (diretor, especialista e professores envolvidos no processo de escolarização), em parceria com a família e atualizado conforme temporalidade prevista no Projeto Político Pedagógico da escola. Para atualizá-lo, as informações do Plano de Atendimento Educacional Especializado/AEE deverão ser consideradas.

Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) - O atendimento especializado oferecido ao aluno é construído a partir das necessidades educacionais específicas visando à definição dos recursos necessários e às atividades a serem desenvolvidas. A responsabilidade da elaboração do PAEE é do professor de sala de recursos em interlocução com o professor regente de aula ou de turma, e, quando for o caso, com o profissional de AEE – Apoio (Professor Intérprete de Libras, Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas e Professor Guia-Intérprete). Para isso, recebe da escola e família do aluno informações sobre as suas necessidades específicas, em relação a sua participação na escola e a sua aprendizagem. Essas informações, devidamente fundamentadas, são enviadas por meio de relatório e anexadas ao Plano de Desenvolvimento do Aluno (PDI). Assim, com base na justificativa da escola e na sua avaliação inicial, o professor elabora o seu plano de atendimento.

O PDI, sendo norteador da ação educacional do aluno público alvo da educação especial, é considerado um documento comprobatório de registro de escolaridade, devendo compor obrigatoriamente a pasta individual do aluno.

- Critérios para a Flexibilização de tempo

Para os alunos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, a legislação vigente prevê a possibilidade de flexibilização do tempo escolar em até 50% do tempo previsto em lei para o Ensino Fundamental, obedecendo-se aos seguintes critérios:



Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, máximo de 02 anos, limitados a 01 ano a cada ano,

A escola deve considerar as características próprias de desenvolvimento e aprendizagem do aluno, as intervenções e estratégias pedagógicas adotadas, minimizando a defasagem idade/ano de escolaridade, promovendo o percurso escolar do aluno junto aos seus pares etários.

A avaliação é parte integrante do processo de ensino e aprendizagem. O projeto político pedagógico deve conceber a avaliação como um processo contínuo na qual duas funções estão postas como inseparáveis: a diagnóstica, cujo objetivo é conhecer cada aluno e o perfil da turma, e a de monitoramento, cujo objetivo é acompanhar e intervir na aprendizagem para reorientar o ensino visando ao desenvolvimento dos alunos; alterar o planejamento propondo novas ações e estratégias de ensino. Nos processos avaliativos, a escola deve assegurar, também, as condições necessárias para o acesso e participação dos alunos, considerando o princípio da equidade, a garantia da flexibilidade e os recursos de acessibilidade.

O processo de avaliação do aluno com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação deve ser diversificado, considerando as suas especificidades, tendo como base seu desenvolvimento e a sua capacidade de aprendizagem significativa, que devem estar previstos no PDI. Cabe à escola propor estratégias que favoreçam a construção coletiva do conhecimento por todos no processo de ensino e aprendizagem.

Listamos abaixo algumas das adaptações considerando-se os instrumentos e práticas avaliativas mais utilizadas:

Prova: Esse instrumento de avaliação, normalmente, prevê respostas por escrito dos alunos, é utilizado para aferir a aprendizagem do conteúdo trabalhado em sala de aula. As adaptações, baseadas na necessidade específica do aluno, abrangem a dilação do tempo destinado à prova; prova oral; uso de materiais concretos ou recursos pedagógicos que facilitam o raciocínio; uso de recursos tecnológicos (lupa eletrônica, calculadora, gravador, computadores com softwares leitores de telas, etc.); uso de recursos humanos (ledor ou intérprete de Libras); adaptações na forma da prova (ampliação da fonte, uso de desenhos, ou pictogramas, provas em braile ou em outros meios de comunicação); adaptações no



conteúdo da prova ou até mesmo supressão de conteúdos conforme a necessidade especial do aluno;

Observação e Registro: A observação do processo de aprendizagem feita pelo professor deve ser devidamente registrada. Portfólio, maquetes, fotos, gravações em áudio e em vídeos, fichas descritivas, relatórios individuais, caderno ou diário de campo podem ser utilizados com a finalidade avaliativa para comprovar a participação e o desenvolvimento do aluno;

Trabalhos e Provas operatórias (individuais e/ou em grupos): são atividades e instrumentos importantes no processo de aprendizagem de alunos com deficiência, pois maximizam a participação e as trocas de conhecimento. Nesses casos, a mediação do professor estimula a aprendizagem;

Auto avaliação e avaliação compartilhada: Ouvir o próprio aluno e os seus colegas sobre as suas facilidades e dificuldades na aprendizagem propicia ao professor refletir sobre o processo de ensino. Compartilhar suas considerações com a família e até mesmo com outros profissionais que ofertam o atendimento traz ao professor a possibilidade de conhecer a opinião de atores externos ao processo que, somada ao parecer dos profissionais da educação, ajuda a construir um processo educacional mais próximo à realidade e necessidade dos alunos.

O processo de avaliação envolve, necessariamente, a política educacional vigente e os compromissos assumidos no PDI e no PPP, a atuação do professor, sua interação com os alunos, o ambiente físico da sala de aula, os recursos instrucionais e metodológicos disponíveis, todas as relações que se desencadeiam no contexto escolar, além da família e dos próprios alunos como sujeitos do processo. O resultado da avaliação, expresso no PDI e no histórico escolar, orientará a escola/família nos futuros encaminhamentos do aluno.

A conclusão nos níveis de ensino deve ser garantida ao aluno com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

O Certificado de conclusão/histórico escolar emitido aos alunos com deficiência e/ou transtornos globais do desenvolvimento segue o mesmo modelo padrão estabelecido pela legislação vigente na rede estadual. O registro da carga horária e do aproveitamento alcançado pelo aluno são obrigatórios, e deverão ser preenchidos utilizando-se a mesma classificação adotada para todos os alunos, sendo representativa do desenvolvimento do



aluno em relação a si mesmo e considerando-se os objetivos da etapa de ensino em que ele está sendo avaliado, conforme o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e de acordo com o artigo 59 da LDBEN nº 9394/96. Nesses casos, no campo de observações do histórico escolar, a lei deverá ser citada.

34. AUTOAVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP.

A Avaliação da implementação das ações do PPP será realizada, sistematicamente, para que as correções dos rumos sejam feitas no momento certo, para tomada de decisões ao longo e ao final do ano. Para essa atividade a Escola... deverá:

Fazer a análise e interpretação dos resultados das avaliações internas, externas e das ações realizadas pela escola;

Realizar avaliação geral, da implementação do PPP, por todos, especialmente no final do ano, apresentando questões, tais como:

Todas as ações foram executadas?

As ações ajudaram na caminhada?

Em que medida as necessidades da escola foram supridas e ajudaram a construir uma prática transformadora?

Todas as etapas serão avaliadas detalhadamente, antes, durante e após sua realização.

Feita a avaliação do PPP e tendo como referência as necessidades já revistas e reelaboradas, parte-se para a reorganização, se necessário, e a programação para o próximo ano. Para essa reorganização (revisão e/ou reestruturação do PPP), a escola deverá:

Garantir a implementação do PPP sem perder de vista os compromissos assumidos coletivamente;

Ter clareza de que as ações definidas pelo seu coletivo, embora representando os desejos de todos, necessitam identificar os segmentos que irão realizá-las;



Planejar suas atividades permanentes (currículo escolar, calendário escolar, avaliação da aprendizagem) e os projetos que serão desenvolvidos, elaborando o Cronograma Geral de Atividades do PPP, dentre outras:

Criar horários e espaços para promover momentos de discussão coletiva;

Disponibilizar textos que articulem questões teóricas e práticas sobre a organização do trabalho da escola, visando contribuir na construção do PPP;

Promover a discussão por blocos, reunindo alguns segmentos de cada vez;

Realizar reuniões entre os pais (e/ou outra forma de representatividade) para avaliação do trabalho da escola;

Sensibilizar os pais mais atuantes para que sejam elo entre os vários segmentos da escola e da comunidade local;

Estabelecer as metas a serem alcançadas nas avaliações internas e externas;

Compreender os princípios que orientarão as atividades que serão desenvolvidas pela escola.

Acredita-se que os objetivos serão atingidos, a partir do momento em que todas as ações previstas forem realizadas e atenderem às especificidades que requer a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, as diretrizes da SEE/MG e a realidade e necessidade da escola e sua comunidade para que os alunos desenvolvam as competências e habilidades indispensáveis para conviver e transformar a sua realidade, com sucesso.

35. A ARTICULAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL COM O ENSINO FUNDAMENTAL

Educação infantil e ensino fundamental são indissociáveis: ambos envolvem conhecimentos e afetos; saberes e valores; cuidados e atenção; seriedade e riso [...]. Na educação infantil e no ensino fundamental, o objetivo é atuar com liberdade para assegurar a apropriação e a construção do conhecimento por todos [...]. Nos dois, temos grandes desafios: o de pensar a creche, a pré-escola e a escola como instâncias de formação cultural; o de ver as crianças como sujeitos de cultura e história, sujeitos sociais (2007, p. 20).



É necessário compreender o processo de aquisição da linguagem escrita como formação da atitude leitora e produtora de textos na Educação Infantil. Sobre esse aspecto, a autora discorre, o sentido que as crianças atribuirão à escrita será adequado se ele for coerente com a função social, coerente com o significado social da escrita. Pode-se mostrar às crianças – por meio das vivências que proporcionadas envolvendo a linguagem escrita – que a escrita serve para escrever histórias e poemas, escrever cartas e bilhetes, registrar planos, intenções e acontecimentos, por exemplo (MELLO, 2012, p. 78).

Nesse sentido, primordialmente na Educação Infantil, o professor deve organizar atividades que favoreçam a compreensão da função social da escrita com o intuito de captar as intenções comunicativas dos textos e ampliar o repertório vocabular das crianças. Essas são aprendizagens essenciais que antecedem o ensino técnico dos procedimentos para a escrita.

Portanto, infância, criança e as singularidades deste período de vida devem, na Educação Infantil, assim como no Ensino Fundamental, ser o foco do processo de ensino-aprendizagem, pautados nos mesmos princípios. Como explicita o documento da BNCC, deve “garantir integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos” (BRASIL, 2017, p. 51).

36. A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL.

A discussão sobre diversidade étnico-racial na educação infantil é indispensável, por se tratar de uma temática abrangente que envolve muitas questões dentre elas o direito que todas as crianças têm de estarem inseridas na escola independente de suas diferenças físicas, sociais ou de pertencerem a um grupo étnico-racial.

Para que se tenha uma sociedade sem preconceito e antirracista é profícuo trabalhar as questões de etnia e cultura desde a base, ou seja, a partir da educação infantil para que as crianças se desenvolvam no processo de educação respeitando e sendo respeitadas, sem sua própria negação por ter a pele de uma cor diferente dos seus colegas e para que todas cresçam com a cultura do respeito.



As políticas educacionais relativas a diversidade étnico-racial para a educação infantil, assumem um papel importante para garantir o acesso à educação de qualidade para as crianças sem nenhuma distinção, promovendo o cuidar vinculado com o educar, para o seu desenvolvimento integral, respeitando-as em suas particularidades e reconhecendo as diferenças para combater a desigualdade. Portanto, as políticas públicas da educação devem considerar a cultura, a cidadania, o conhecimento e todo o contexto social, o qual as crianças estão inseridas.



37. MATRIZ CURRICULAR 2023

PLANO CURRICULAR 2023

ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS

PORTARIA 659/97 - MG 11/04 de 1997

1165/2005 - MG 25/08/2005

ESTABELECIMENTO - INSTITUTO EDUCACIONAL "PETER PAN"

MUNICÍPIO - SETE LAGOAS

Rua Joaquim Murinho, 325 - São Geraldo - Sete Lagoas - MG

Turno - Matutino e Vespertino

BASE NACIONAL COMUM	Áreas de Conhecimento	Componente Curricular	1º ANO			2º ANO			3º ANO			4º ANO			5º ANO		
			AS	MA	CHA												
LDB 9394/96	Linguagens e suas tecnologias	Língua Portuguesa	6	240	200:00:00	6	240	200:00:00	6	240	200:00:00	6	240	200:00:00	6	240	200:00:00
		Educação Física	1	40	33:20:00	1	40	33:20:00	1	40	33:20:00	1	40	33:20:00	1	40	33:20:00
		Arte	1	40	33:20:00	1	40	33:20:00	1	40	33:20:00	1	40	33:20:00	1	40	33:20:00
	Matemática e suas tecnologias	Matemática	6	240	200:00:00	6	240	200:00:00	6	240	200:00:00	6	240	200:00:00	6	240	200:00:00
	Ciências Humanas e suas tecnologias	Geografia	2	80	66:40:00	2	80	66:40:00	2	80	66:40:00	2	80	66:40:00	2	80	66:40:00
		História	2	80	66:40:00	2	80	66:40:00	2	80	66:40:00	2	80	66:40:00	2	80	66:40:00
Ciências da Natureza e suas tecnologias		Ciências	3	120	100:00:00	3	120	100:00:00	3	120	100:00:00	3	120	100:00:00	3	120	100:00:00
PARTE DIVERSIFICADA	Linguagens e suas tecnologias	Literatura e Redação	1	40	33:20:00	1	40	33:20:00	1	40	33:20:00	1	40	33:20:00	1	40	33:20:00
		Língua Inglesa	3	120	100:00:00	3	120	100:00:00	3	120	100:00:00	3	120	100:00:00	3	120	100:00:00
TOTAL DE MÓDULOS / HORAS			25	1000	833:20:00												

INDICADORES FIXOS
Nº de Semanas Letivas Anuais - 40
Nº de Dias Letivos Semanais - 5
Nº de Dias Letivos Anuais - 200
Duração do Módulo - 50 min
Carga Horária Anual - 833.20

Sete Lagoas, 01/12/2022

SECRETÁRIO(a)

Duração do Recreio - 20min
CH diária - 4h30min incluindo o recreio
Língua Inglesa - com Professor Especializado
Educação Física - com o Professor Especializado

Diretor(a)



38. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola terá momentos destinados ao planejamento, à organização do trabalho escolar, de sua prática pedagógica para viabilizar a operacionalização dos Planos de Ensino, Planos de Aula, Planos dos Servidores da Escola, Plano de Intervenção Pedagógica, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino, a garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos e os resultados das avaliações internas e externas.

À direção da escola caberá a responsabilidade de garantir a implementação das atividades previstas nos PLANOS, supracitados, no PPP e imprimir, no trabalho coletivo de construção e operacionalização desses instrumentos, a confiança, o respeito mútuo, os sentimentos de cooperação e de solidariedade, apropriando-se do PPP como um instrumento para a consolidação de uma escola que, de fato, possa cumprir sua função social e garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de seus alunos no tempo certo.



39. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Resolução CEE nº 486, de 21 de janeiro de 2022;

Resolução CEE nº 481, 1º de julho de 2021;

Resolução CEE nº 472, de 19 de dezembro de 2019;

Lei das Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96

Resolução SEE/MG nº 4.692/2021

Resolução SEE/MG nº 4.256/2020

BNCC (Base Nacional Comum Curricular)

CRMG (Currículo Referência de Minas Gerais)

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

APROVADO

PELO REPRESENTANTE DA ENTIDADE MANTENEDORA

DATA: ____ / ____ /2023

Assinatura do Diretor da Escola

Assinatura do Representante da Entidade Mantenedora

***Este Projeto Político Pedagógico foi analisado, registrado e será arquivado
conforme estabelece o artigo 134 da resolução 486/CEE/MG**

